

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Ênfase em Políticas Sociais como indicio de ideologia partidária: uma análise dos programas de governo de PT e PSDB nas eleições de 2002 e 2006.

Amanda Vizoná

Orientador: Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro

SÃO CARLOS – SP

2014

AMANDA VIZONÁ

Ênfase em Políticas Sociais como indício de ideologia partidária: uma análise dos programas de governo de PT e PSDB nas eleições de 2002 e 2006.

Exemplar apresentado para exame de defesa de dissertação de mestrado.

**Orientador: Pedro José Floriano
Ribeiro**

SÃO CARLOS – SP

2014

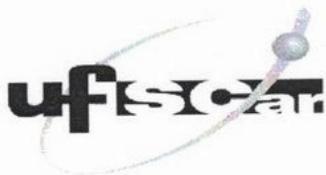
**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

V864ep Vizoná, Amanda.
Ênfase em políticas sociais como indicio de ideologia
partidária : uma análise dos programas de governo de PT e
PSDB nas eleições de 2002 e 2006 / Amanda Vizoná. -- São
Carlos : UFSCar, 2014.
80 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2014.

1. Partidos políticos. 2. Ideologia. 3. Programa de
governo. I. Título.

CDD: 324.2 (20ª)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Programa de Pós Graduação em Ciência Política
Via Washington Luis, Km 235 – Caixa Postal 676
Fones: (16) 3351-8415
CEP: 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil
E-mail: ppgpol@ufscar.br

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Amanda Vizoná

21/05/2014

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira
Pontifícia Universidade Católica – PUC-RS

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 09h00 no dia 21/05/2014.

Banca Examinadora:

Prof. Da. Pedro José Floriano Ribeiro
Prof. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo
Prof. Dr. Rafael Machado Madeira

Homologado na CPG-PPGPOL na
33ª Reunião no dia 25/06/2014.

Profª. Dra. Vera Alves Cepêda
Coordenadora do PPGPOL

À minha mãe, mulher de fé e amor.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo suporte financeiro foi essencial para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa de mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro Floriano Ribeiro, um profissional de imensa dedicação e sabedoria, a paciência, sinceridade e inúmeras contribuições não só para a presente dissertação de mestrado, mas também para a minha formação enquanto pesquisadora.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Fernando Azevedo e Prof. Dr. Rafael Machado Madeira, por aceitarem o convite para a banca e contribuírem de maneira muito relevante ao desenvolvimento do presente trabalho.

Ao responsável pelo meu estágio docente, Prof. Dr. João Roberto Martins Filho, o excelente exemplo de pesquisador, professor e ser humano.

Além da dedicatória, realizo também um agradecimento à minha mãe Maria Teresa, por ter deixado de viver muitos dos seus sonhos para que os meus pudessem ser realizados. Obrigada por ser exemplo de força e amor, juntas é que chegamos até aqui.

Aos meus irmãos Júnior e Rodrigo, por terem depositado imensa credibilidade nos meus objetivos e na minha capacidade de alcançá-los; o amor, carinho, cuidado e dedicação dos piores aos melhores momentos da nossa história.

Ao amigo Renato, por trilhar junto o caminhar da vida. Pelas horas de conversas e o compartilhar de angústias sobre o presente e o futuro. Pelo esforço em acompanhar o desenvolvimento desta dissertação e contribuir com inúmeros conselhos.

Aos amigos de Pós-Graduação, Tiago, Daniel, Amaranta e César e, em especial, aos amigos Márcio e Leandro, as horas de conversa e trocas de angústias e realizações. Ao amigo Flávio que, estudioso da mesma metodologia, foi um ótimo conselheiro em relação à bibliografia e aos desafios da temática abordada nesta pesquisa. Não há dúvidas que vocês foram os responsáveis por grande parte do meu aprendizado nos últimos anos.

Às amigas do dia-a-dia, que não faziam parte do meu cotidiano de estudos e trabalho, mas entenderam que nem sempre minha presença era possível, agora, compartilham comigo a alegria da missão cumprida: Natielly, Ana Carolina, Ana Luisa, Marilís. Sem vocês o caminhar não teria sido tão leve.

Às minhas queridas Karina, Mariane, Sabrina e Nathália que, ao dividir a morada comigo, em um velho e aconchegante apartamento no centro da cidade de Araraquara, também dividiram um pouco dos sonhos e da realização de minha trajetória acadêmica e pessoal.

À equipe da escola “Léa de Freitas Monteiro” em que leciono, por ser uma base de apoio profissional e pessoal, uma segunda família. Minha imensa gratidão aos amigos professores, à equipe de coordenação e à equipe de direção. Um agradecimento especial à amiga Elis, professora de Língua Portuguesa na escola Léa, ao apoio na finalização desta dissertação, demonstrando disposição e companheirismo.

Resumo.

No contexto em que as novas dinâmicas, fins e articulações dos partidos políticos são objetos de análise, esta dissertação pretende analisar a transformação dos partidos políticos em um dos seus elementos primordiais: a preferência ideológica. Através da operacionalização de uma nova variável, denominada “ênfase em políticas sociais” que lança luzes sobre a escala esquerda/direita, o presente estudo realiza a mensuração de preferências ideológicas através da classificação dos programas de governo de PT e PSDB em 2002 e 2006. O objetivo da dissertação é testar a operacionalização do método de análise de programas no contexto brasileiro através da hipótese de que as políticas sociais foram o eixo temático das plataformas que pautaram as primeiras eleições do século XXI, revelando que, sendo o reflexo da demanda social do contexto, também é a temática que divide as águas entre os posicionamentos de esquerda e direita no espectro brasileiro.

Palavras-chave: Partidos; preferências ideológicas; programas de governo.

Abstract

In a context with parties new dynamics, goals and articulations are object of analysis, this paper means to analyse the transformation in one of the most fundamental element of the political parties: it's ideological preferences. Through the operationalization of a new variable called "emphasis on social politics", which uses the concepts of "left and right", this paper measures the ideological preferences by analysing the PT's and PSDB's 2002 and 2006 manifestoes. The main objective of this paper is to test the operationalization of the method of analyse in the brazilian context through the hypothesis that the social politics were the main object in those two elections. Assuming that social politics were the main demands of the public in general, this theme may be also the main element that defines if a party is in the left side of the political spectre or in the right side of it.

Key Words: Parties; Ideological Preferences; Manifestoes.

Lista de quadros e tabelas

Quadro 1: Classificação por Domínios	36
Quadro 2: Classificação das Unidades de Registro	37
Tabela 1: Média de posicionamento dos partidos na escala esquerda/ direit.....	14
Tabela 2: Escalas de esquerdo-estatismo, conservadorismo e nacionalismo	15
Tabela 3: Porcentagem de sentenças classificadas por domínios	60

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Distribuição de Sentenças por Domínios – PT 2002	43
Gráfico 2: Distribuição de Sentenças por Unidades de Análise - Domínio 5 - PT 2002	44
Gráfico 3: Distribuição de Sentenças por Domínios – PSDB 2002	47
Gráfico 4: Distribuição de Sentenças por Unidades de Análise, Domínio – PSDB 2002.....	49
Gráfico 5: Distribuição de Sentenças por Domínios - PT 2006	51
Gráfico 6: Distribuição de Sentenças por Unidades de Análise – Domínio 5 – PT 2006	54
Gráfico 7: Distribuição de Sentenças por Domínios – PSDB 2006	55
Gráfico 8: Distribuição de Sentenças por Unidades de Análise – Domínio 5 – PSDB 2006	57
Gráfico 9: Distribuição de Sentenças por domínios temáticos nos programas de 2002	58
Gráfico 10: Distribuição de Sentenças por domínios temáticos nos programas de 2006	59
Gráfico 11: Comparação de resultados entre a metodologia original do CMP e a reformulada	61

Sumário

Capítulo 1. Introdução	1
Procedimentos metodológicos	4
Capítulo 2. Os partidos políticos brasileiros contemporâneos e a problemática da ideologia: teorias e métodos	10
2.1 Ideologia ou preferência política: o que diferencia os partidos?	10
2.2 Análises das ideologias partidárias brasileiras no pós-redemocratização	12
2.2.1. Análise de preferência ideológica a partir das votações na constituinte e de auto-posicionamento de membros do legislativo	13
2.2.2 – Metodologias recentes para análises contemporâneas	16
2.3 PT e PSDB: um estudo de caso	20
2.3.1 PT – Histórico e Análise Ideológica	20
2.3.2 PSDB – Histórico e Análise ideológica	23
Capítulo 3. Instrumentos teóricos e metodológicos de análise de preferências ideológicas ..	26
3.1 A escolha racional e a Saliency Theory: As ênfases programáticas dos partidos	26
3.2. Os desdobramentos da Saliency Theory: CMP – Coparative Manifesto Project	28
3.3 Limitações das metodologias existentes - MRG/CMP	29
3.4. Sugestão de metodologia: o caso brasileiro	32
Capítulo 4. Análise dos programas partidários	36
4.1. Categorias de análise	36
- Adequação do método ao contexto brasileiro: novas categorias	38
4.2. Análise dos programas partidários	40
4.2.1. As eleições de 2002. PT e PSDB: oposição e situação em disputa por um novo governo	41
4.2.2. Programa de governo do PT para as eleições de 2002: Categorização e Análise	42
4.2.3. Programa de governo do PSDB para as eleições de 2002: Categorização e Análise	46
4.2.4. Programa de governo do PT para as eleições de 2006: Categorização e Análise	51
4.2.5. Programa de governo do PSDB para as eleições de 2006: Categorização e Análise	54
4.3. Comparação entre os programas e partidos: diferenças e aproximações na escala de preferência ideológica	57

- Classificação no espectro ideológico através da escala de preferências partidárias.	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
APÊNDICES	75

Capítulo 1. Introdução

Em toda a trajetória da Ciência Política, é possível destacar a pertinência das análises acerca das temáticas partidárias. Entender os partidos políticos como manifestações e instituições presentes e necessárias em diversas sociedades políticas é o pressuposto que alimenta tal debate. São inúmeras as vertentes que separam objetivos, hipóteses e metodologias de análises em diversos recortes locais e temporais. O presente estudo salienta a importância de preencher a lacuna atual de um dos objetos de análise partidária: a Ideologia.

Nos primeiros estudos sobre a temática, a dissociação ou mesmo questionamento sobre a existência ou não de ideologias no cerne dos partidos parecia ilógica a qualquer cientista. Os partidos nasceriam da união de grupos com os mesmos ideais de política e através desses ideais seguiriam suas trajetórias no âmbito eleitoral e governamental. Porém, a literatura teórica e empírica se depara com novos desafios e tal questionamento passa a ser pauta de diversos estudos. Além de nos perguntarmos como identificar a existência ou não da ideologia, o cenário multidimensional pós-guerra fria nos faz refletir em que medida é possível mensurar e classificar os partidos diante de suas preferências ideológicas. Considerando que a dicotomia mundial que antes separavam partidos entre direita e esquerda, liberais e conservadores, socialistas e comunistas, foi rompida pela máquina da história que fez emergir novos atores políticos, cenários e problemáticas; é necessário situar o debate ideológico partidário em uma nova abordagem.

É nesse contexto que inserimos a temática desta dissertação e justificamos sua relevância. Pretendemos abordar a temática da ideologia partidária e suas metodologias repensando e adequando a literatura existente ao caso recente de partidarização brasileiro, para então analisar o sistema e pensar as críticas de fragilidade que são feitas a ele.

A literatura contemporânea (Dinas e Kostas, 2009) apresenta três tipos de indicadores que servem como instrumentos de análise da ideologia partidária: opiniões de especialistas, dados de pesquisa de opinião e análise de conteúdo de manifestos partidários. Ao analisarmos a literatura (Tarouco, 2007; Budge, 2000; Mair, 2001; Steenbergen e Marks, 2007; Volkens, 2007; Volkens e Klingemann, 2002) sobre as

vantagens e desvantagens da abordagem que utiliza cada um dos indicadores, selecionamos como objeto de operacionalização os manifestos eleitorais considerados como documentos partidários oficiais por considerá-lo o instrumento de análise mais imparcial. Diante da constatação que as outras abordagens não analisam diretamente o partido, mas sim opiniões de terceiros sobre a ideologia que o partido estudado pode representar, o material produzido diretamente pelos partidos e divulgado como documento oficial traz consigo a mensagem direta que o partido procura disseminar, mensagem que analisada diretamente, escapa ao discurso de especialistas e da opinião pública que podem se tornar enviesados. Segundo a mesma literatura, os programas eleitorais abrangem um conjunto de afirmações-chave sobre o posicionamento dos partidos. Embora poucos eleitores os leiam, seus conteúdos são amplamente divulgados através da mídia, logo, os programas eleitorais podem ser considerados como as únicas declarações feitas por um partido como um ator coletivo que possui intenções e ideologia própria. Segundo Tarouco (2007), a análise dos conteúdos dos manifestos é mais eficiente que outros indicadores já propostos:

O conteúdo da plataforma claramente constitui o corpo de preferências ou intenções do partido, enquanto percepções e julgamentos (de especialistas ou de eleitores) são baseados em comportamento. Isto equivale a dizer que a imagem que o partido produz a seu próprio respeito e publica nos seus documentos programáticos seria mais fiel à sua real identidade do que a imagem que os demais atores políticos ou analistas fazem dele. (Tarouco, 2007 p. 03)

Partindo do pressuposto que a análise dos documentos é o melhor instrumento para ser operacionalizado na busca de classificar os partidos em uma escala direita/esquerda, um grupo denominado Manifesto Research Group (MGR) (Laver e Budge, 1992), agora renomeado como Comparative Manifesto Project (CMP) produziu uma rica série de dados, em que documentos oficiais de diversos países do mundo foram analisados. A análise se pauta na classificação do conteúdo dos manifestos em diversas categorias que, historicamente e de maneira conceitual, definem a porcentagem de posicionamentos explícitos em sentenças ou frases, mais à esquerda ou mais à direita. Uma das principais críticas (Volkens e Klingemann, 2005) realizadas ao CMP sobre sua metodologia consiste no fato de que as categorias utilizadas muitas vezes não dão conta da peculiaridade de cada partido que depende do contexto histórico e das

instituições em que está inserido. Os estudiosos recomendam a utilização da metodologia do CMP, desde que adequações sejam realizadas para dar conta das particularidades dos partidos de determinados países. Logo, variáveis que construam adequadas categorias devem ser operacionalizadas e testadas em diferentes contextos.

A hipótese preliminar deste trabalho consiste na ideia de que o impacto de uma variável particular ao contexto analisado e inserida nos manifestos pode melhor classificar os partidos brasileiros. Segundo Volkens e Klingeman (2005), as pesquisas futuras que queiram classificar os partidos devem concentrar-se nas diferenças entre os partidos em áreas políticas específicas; dados como os de sistema social, econômico e governamental devem ser incluídos. Para buscar uma variável que nos parecesse mais relevante, voltamos nossa análise aos autores¹ que, contemporaneamente, debatem a permanência da diferenciação dos partidos de acordo com suas posições ideológicas entre direita e esquerda. Bobbio (1995) afirma que a diferenciação ideológica permanece, e salienta que o que distingue esquerda de direita é o posicionamento de um partido diante da ideia de igualdade. Para a esquerda, as desigualdades não são naturais e devem ser eliminadas, enquanto para a direita, as desigualdades são naturais e, portanto, inevitáveis. Além da igualdade, Bobbio também reflete sobre a questão da liberdade como o que diferenciará moderados e extremistas, tanto na esquerda quanto na direita.

A escolha da análise dos manifestos parte da premissa de que os programas de governo são documentos relevantes. A teoria democrática estabelece dois critérios centrais no que se refere às funções dos partidos (Volkens e Klingemann, 2002): responsividade dos partidos em relação às preferências dos cidadãos e a *accountability*² dos partidos no governo em relação às suas promessas pré-eleitorais. Segundo essas duas perspectivas, partidos seriam obrigados, supostamente, a oferecer pacotes de políticas públicas, as quais mais divergentes fossem, mais claras tornariam as escolhas do eleitor. Sendo assim, a oferta desses pacotes de políticas deveria ser feita de maneira

¹ Ver Giddens (1994) e Bobbio (1995).

² A *accountability* diz respeito à capacidade que os constituintes têm de impor sanções aos governantes, notadamente reconduzindo ao cargo aqueles que se desincumbem bem de sua missão e destituindo os que possuem desempenho insatisfatório. Inclui a prestação de contas dos detentores de mandato e o veredicto popular sobre essa prestação de contas. Já a responsividade refere-se à sensibilidade dos representantes à vontade dos representados; ou seja, à disposição dos governos de adotarem as políticas preferidas por seus governados. Ver Miguel (2005). Para a distinção *accountability*-responsividade, ver Manin, Przeworski e Stokes (1999, p. 9-10).

responsável, o que traz legitimidade e credibilidade aos documentos oferecidos pelos partidos para a divulgação de seus programas de governo.

A hipótese do presente trabalho se baseia na premissa de que no debate ideológico contemporâneo, expresso nas plataformas de governo apresentadas nos programas, a questão da igualdade é tida como prioritária na definição ideológica³. Partindo desse pressuposto, surge a necessidade de descobrir qual era a demanda social que pautou as plataformas da época. Comprovar a hipótese de que as políticas sociais podem indicar o posicionamento dos partidos no espectro ideológico e, para além disso, também pautaram as plataformas de governo dos anos citados, revelando o reflexo das demandas sociais que moveram os partidos, é o objetivo central dessa dissertação. Para tanto, é imprescindível a operacionalização diferenciada desta variável a qual denominaremos “ênfase em políticas sociais”.

Procedimentos metodológicos.

Os dados analisados consistem em quatro programas de governo, sendo os dois programas do PT e os dois programas do PSDB para as eleições de 2002 e 2006. O recorte temporal de análise é justificado diante da posição em que os dois partidos encontravam-se no cenário eleitoral. Em 2002, o programa de governo do PSDB apresentava-se como um programa de um partido em busca da reeleição, enquanto o programa do PT apresentava-se um programa de oposição. Em 2006, os papéis apresentam-se invertidos por conta da vitória do PT em 2002. Esse fato possibilita a análise relevante do comportamento dos partidos enquanto posição e oposição.

A operacionalização dos dados será feita através da divisão do conteúdo em sentenças. Após a segmentação das frases dos programas, as mesmas serão submetidas a categorias classificatórias de tendência à esquerda ou à direita de acordo com a escala criada para a presente análise⁴. A partir das considerações teóricas, o presente trabalho propõe a operacionalização de uma nova variável: “ênfase em políticas sociais”⁵ para

³ Referência à Bobbio (1995).

⁴ As categorias e métodos de mensuração serão explicados no segundo capítulo.

⁵ Ênfase e conceito operacionalizado pelo autor.

testar a hipótese de que as plataformas de governo nos anos de recorte tiveram como eixo temático a questão da superação da desigualdade.

A variável proposta demonstra ser um importante indício da posição do partido na escala direita/esquerda por levar em consideração a questão da busca pela igualdade como um diferenciador da ideologia de partidos:

Os gastos sociais, que por sua vez afetam os resultados macroeconômicos, são medidas redistributivas e, portanto, são políticas preferidas por governos ocupados por partidos de esquerda, enquanto políticas de ajuste seriam preferidas por governos ocupados por partidos de centro e de direita. O pressuposto é de que tais preferências decorrem dos vínculos dos partidos com classes sociais: partidos de esquerda representam classes trabalhadoras e partidos de direita são identificados com proprietários e grupos sociais privilegiados. (TAROUCO, 2007, P. 26)

Ao analisarmos a variável das políticas que envolvem gastos sociais, propostas no pacote de políticas divulgado pelos partidos, é possível classificá-la diante de uma de suas principais funções: oferecer aos eleitores um governo que represente suas demandas. Acreditamos, desse modo, que a “ênfase em políticas sociais” é uma variável importante a ser analisada nos programas oficiais para atingir o objetivo de classificar os partidos de acordo com suas ideologias.

Para melhor compreensão da variável, definimos o conceito “política social” de acordo com a definição de Pereira:

(...) quando falamos de política social, estamos nos referindo àquelas funções modernas do Estado capitalista – imbricado à sociedade – de produzir, instituir e distribuir bens e serviços sociais categorizados como direitos de cidadania. Trata-se, portanto, de política associada a um padrão de organização social e política que, desde os fins do século XIX e, mais precisamente, depois da Segunda Guerra Mundial, foi distanciando-se dos parâmetros do *laissez-faire* e do legado das velhas leis contra a pobreza [...] para transformar-se num esquema de proteção social que incumbe ao Estado decisiva responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos. [...] [Ela] envolve o processo de provisão social [...] [e] uma expressiva atividade regulamentadora [que visa] a garantia de acesso do cidadão comum a benefícios e serviços de natureza pública. (PEREIRA, 1998. 60-61)

Além da definição teórica supracitada, de maneira mais objetiva, podemos definir políticas sociais, segundo Lamamoto (2002, p.97-8), como o ato de devolver ao

povo os serviços sociais de direito: saúde, educação, política salarial, trabalho, habitação, lazer e outros. O direito social foi e continua sendo uma conquista dentro do pós-liberalismo do século XIX pelo qual se buscou pôr limites à possessividade capitalista e ao fenômeno da pobreza urbana. Nesse sentido, os direitos sociais foram ampliando a participação na riqueza socialmente produzida tendo como norte o princípio da igualdade e diminuição das distâncias entre as classes (Cury, 2012).

A Constituição Federal, promulgada em 1988, pauta-se em parâmetros de equidade e direitos sociais universais. Consolidou conquistas, ampliou os direitos nos campos da Educação, da Saúde, da Assistência, da Previdência Social, do Trabalho, do Lazer, da Maternidade, da Infância, da Segurança, definindo especificamente direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, da associação profissional e sindical, de greve, da participação de trabalhadores e empregadores em colegiados dos órgãos públicos, da atuação de representante dos trabalhadores no entendimento direto com empregadores (artigos 6 a 11, do Capítulo II, do Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais).

Dessa forma, propor a construção da igualdade social no Brasil, visando à conquista da cidadania, exige a efetivação da promessa da universalização dos direitos sociais, políticos e civis, desafiando um discurso liberal que isenta o Estado das responsabilidades sociais e restringe as políticas sociais à classe social menos favorecida, ou seja, “os pobres mais pobres”, reduzindo-as a medidas compensatórias, paliativas e focalizadas (Piana, 2009).

É nesse contexto que nos parece importante verificar qual a importância dada às políticas sociais nos manifestos oficiais dos partidos relevantes brasileiros, pois assim, consegue-se um indicador sobre em que medida, historicamente, tais partidos se posicionam mais à esquerda ou à direita, e em que medida, diante das análises feitas no passado, os partidos estudados estão diminuindo suas diferenças ideológicas mesmo enquanto se apresentam ao eleitorado estando totalmente em lados opostos.

A hipótese está vinculada ao estudo de caso dos partidos brasileiros de relevância. Focaremos nossa análise no caso de dois partidos, PT – Partido dos Trabalhadores e PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira. Limitamos a observação dos partidos a partir do critério de Sartori (1976), em que a relevância está ligada à possibilidade do partido em disputar e exercer o poder. Além disso, os partidos nos fornecem base empírica necessária para a análise – programas partidários eleitorais

- por terem disputado as últimas eleições para a Presidência da República. Para tanto, nosso recorte temporal se adequa a esse quesito, nos levando a contemplar os manifestos dos anos de 2002 e 2006, ambas vencidas pelo PT.

Além disto, o recorte analisado se faz relevante por contemplar o período de transformação no quesito desigualdade social. Dados do IPEA revelam que a desigualdade social brasileira sofreu um processo de queda considerável a partir de 2002. Segundo o Coeficiente de Gini⁶ – medida que determina quantitativamente o nível de concentração da distribuição dos valores de determinada variável representativa de fenômeno real específico –, a distribuição de renda no Brasil alcançou seu pico de desigualdade na década de 1990 e sofreu um movimento inverso na década de 2000, quando os índices de desigualdade social caíram consideravelmente.

Para o Instituto, a inédita redução da desigualdade observada na década passada pode ser decomposta pelas diversas fontes de renda captadas pela Pnad e retrabalhadas da seguinte forma: Trabalho (58%), Previdência (19%), Bolsa Família (13%), Benefício de Prestação Continuada (BPC24%) e Outras Rendas (6%) como aluguéis e juros. O estudo do IPEA concluiu que a redução da desigualdade se deveu ao efeito da expansão da renda do trabalho, o que confere sustentabilidade ao processo redistributivo assumido. O aumento da renda obtida no trabalho é o protagonista da queda da desigualdade nos municípios entre 2000 e 2010. Além disso, o Instituto reconheceu que sem as políticas redistributivas patrocinadas pelo Estado, a desigualdade teria caído 36% menos na década.

Ao constatar a ligação das políticas sociais com o movimento decrescente do índice de desigualdade social, a análise da intensidade da proposta de inclusão das políticas sociais na agenda governamental, através dos programas de governo do período em questão, mostra-se um instrumento pertinente para entender o posicionamento dos partidos brasileiros diante da temática da igualdade.

A expectativa é encontrar diferenças significativas nesses partidos que faziam oposição um ao outro nos dois pleitos que correspondem ao recorte da pesquisa, lembrando que esta situação de oposição direta se mantém até os dias atuais e já existia

⁶ Foi apresentada, em 1912, pelo estatístico italiano Corrado Gini, tendo como referência a curva de Lorenz. A curva possibilita visualizar a distorção da distribuição de renda de um determinado país em relação a uma situação hipotética ideal de perfeita igualdade distributiva de renda.

nos primeiros pleitos de recém-democratização. Analisar se existem ou não diferenças programáticas entre PT e PSDB é uma demanda que atinge desde a opinião pública, que muitas vezes os classificam na mesma ideologia, e deslegitimam o quadro de oposição que um partido faz ao outro. Quando a oposição e o enfraquecimento da ideologia são colocados em pauta, também ascende à ideia de que o próprio sistema partidário brasileiro não teria fortes vínculos com a sociedade e, portanto, estaria enfraquecido ou mesmo não existiria.

No entanto, é passível de análise a reflexão sobre a continuidade da fragilidade desse sistema como estariam lidando os partidos com suas bases e suas ideologias? Como eles estariam se diferenciando? O presente trabalho propõe refletir sobre essas questões de maneira limitada, já que o debate sobre a fragilidade do sistema vai muito além dos indicadores que iremos obter. Nossa metodologia peculiar pode não dar conta de ser mais um indicador de fragilidade ou de transformação do sistema partidário brasileiro, sendo apenas um incentivo para uma reflexão mais avançada nesse sentido em um trabalho posterior.

Acreditamos que a análise presente é o primeiro passo para a classificação de tais partidos segundo as ênfases indicadas pelos seus programas. Uma análise posterior sobre como os partidos colocaram em prática seus discursos programáticos deve completar e determinar a posição adequada dos partidos na escala ideológica, além de apontar o nível de responsividade definido pelo nível de cumprimento do pacote de políticas sociais prometidas nos manifestos. Assim, através de um esquema de categorias elaborado previamente a partir das teorias de igualdade e políticas sociais, será feita uma análise dos conteúdos dos manifestos, classificando cada unidade do texto, para testar tais teorias. Além disso, pretende-se dar conta de esclarecer se os dois principais partidos brasileiros são ideologicamente idênticos, no que se refere às questões sociais, e se essa foi realmente a clivagem de destaque nos programas de governo de 2002 e 2006.

Desse modo, o presente trabalho possui como foco de abordagem teórica e metodológica a ideia de mensurar uma parcela do posicionamento ideológico dos partidos através do recorte de um dos indícios que, aliados aos demais indícios e ao contexto histórico, possibilitarão a classificação definitiva de um partido no recorte de período tratado. Ou seja, a preferência partidária em relação às questões sociais

constitui-se em um indício de ideologia, devendo ser analisada para classificação parcial dos partidos na escala esquerda/direita. A preferência partidária em questão, ainda não foi tratada na literatura brasileira sobre partidos como indício ideológico, fato que traz relevância ao presente trabalho.

Capítulo 2. Os partidos políticos brasileiros contemporâneos e a problemática da ideologia: teorias e métodos.

A literatura contemporânea da Ciência Política esforça-se na busca do melhor método de mensuração da ideologia dos partidos políticos. Alguns autores relatam que a linha que divide esquerda e direita tornou-se menos nítida nos últimos anos; em um contexto de fim de guerra fria e derrota comunista, as esquerdas estariam em um dilema filosófico e existencial (Giddens, 1996).

O debate sobre o assunto permeia a ciência política internacional e, mais recentemente, ganha força na literatura brasileira. O presente capítulo discutirá sobre a problemática da ideologia e suas teorias e métodos. O objetivo é traçar uma linha teórica e metodológica que justifique a escolha da metodologia da análise que este trabalho se propõe. Além disso, um breve resgate histórico da classificação ideológica dos partidos será feita com o objetivo de situar a trajetória de cada partido, tendo em vista a necessidade de contextualizá-los numa escala de classificação ideológica ao longo do curto período de suas existências.

2.1 Ideologia ou preferência política: o que diferencia os partidos?

Antes de partirmos para o debate metodológico, a resolução de uma questão nos parece proeminente: os partidos contemporâneos são guiados por ideologias ou apenas por preferências políticas relacionadas a determinadas questões? Os partidos tendem cada vez mais ao centro? Os partidos possuem preferências ideológicas que, em diversos pontos, se deslocam num eixo entre extrema esquerda e extrema direita? Segundo Bresser-Pereira,

Na discussão do conceito de esquerda, é essencial debater o problema do centro — ou, mais especificamente, do centro que se move. No meu entender, no quadro das sociedades modernas, não existem agrupamentos políticos de centro. Aqueles que assim se autodenominam são sempre de direita. Na verdade, alguém ou algum grupo ou é de esquerda ou de direita. Podemos e devemos transformar essa dicotomia em uma escala ideológica que vai da extrema direita para a extrema-esquerda, passando por direita, centro-direita, centro-esquerda e esquerda. Ficamos, assim, com uma escala de seis formações políticas, porém sem um centro. Nessa escala, o centro é inexistente: alguém ou algum grupo ou é de esquerda ou de direita. É

inexistente, mas, como ponto virtual, é fundamental. Porque esse centro se move de modo cíclico ora para um lado ora para outro, e porque toda a luta ideológica entre esquerda e direita nas democracias modernas se trava em torno da questão de empurrar esse centro mais para a esquerda ou mais para a direita. (PEREIRA, 2006, P. 7)

Durante a história dos Estados Modernos, tanto esquerda quanto direita estiveram, de certa forma, ligados aos mesmos ideais que já classificavam os franceses, esquerdistas ligados à ideia de reforma, direitistas ligados ao conservadorismo. Se o ideal de reforma permeava o pensamento esquerdista, logo ele se tornou a luz para o movimento operário de inspiração marxista. Assim, partidos com siglas socialistas e comunistas tiveram sua classificação nítida do lado esquerdo das ideologias. Já no século XX, com a consolidação da ideia de capitalismo e de mercado, a direita aparece como a defensora de um mercado livre e de um estado mínimo, enquanto a esquerda colocará o Estado como o responsável pelo bem estar social que só viria através de uma alta regulamentação de mercado. Diante desse debate, analistas do século XX vão classificar “direita” e “esquerda” como ligadas, respectivamente, ao liberalismo e a políticas intervencionistas como, por exemplo, o keynesianismo⁷ (Tarouco e Madeira, 2011).

A partir da breve observação histórica realizada acima, podemos perceber que várias foram as dimensões que classificaram esquerda e direita durante a história. No Brasil, a dimensão também foi diferenciada (Tarouco e Madeira, 2011). Enquanto, no século XX, liberais eram deslocados para direita, no século XIX, o pensamento político brasileiro identificava liberais como esquerdistas. Durante o império⁸, saquaremas eram considerados conservadores e de direita, enquanto os luzias de ideologia liberal tinham propostas reformistas e descentralizadoras, portanto, considerados de esquerda (Carvalho, 1981). Partindo desse exemplo, fica claro que analisar partidos apenas de acordo com as suas posições liberais ou conservadoras, sem realizar considerações

⁷ Dimensão de política econômica para classificação na escala direita/esquerda. O ideário do Estado de Bem-Estar Social é proposto pela teoria keynesiana em países da Europa e nos Estados Unidos da América que tinha como princípio de ação o pleno emprego e a menor desigualdade social entre os cidadãos. É erigido pela concepção de que os governos são responsáveis pela garantia de um mínimo padrão de vida para todos os cidadãos, como direito social. É baseado no mercado, contudo com ampla interferência do Estado que deve regular a economia de mercado de modo a assegurar o pleno emprego, a criação de serviços sociais de consumo coletivo, como a educação, saúde e assistência social para atender a casos de extrema necessidade minimizar a pobreza. (PIANA, 2009).

⁸ Além de Carvalho (1981), Matos (2004) também apresenta uma análise sobre a relevância do partido Saquarema na constituição do Estado brasileiro, realizando uma importante análise das peculiaridades dos partidos imperiais.

sobre o contexto histórico e mundial em que o país está inserido, pode induzir a uma classificação equivocada (Volkens e Klingemann, 2005).

A reflexão sobre preferências políticas como fatores determinantes de ideologia, portanto, nos faz pensar que, no máximo, tais preferências, enquanto tratadas de maneira isolada, devem ser consideradas como indícios de ideologia. O risco que se corre ao tratar certa preferência como determinante de posicionamento de esquerda e direita é elevado. Constata-se essa afirmação diante das evidências fornecidas pelas pesquisas empíricas realizadas ao longo da história.

Entretanto, outras análises relevantes trataram a temática da ideologia com foco em diferentes preferências. O tópico seguinte pretende lançar luzes sobre quais indícios e determinantes já foram utilizados na literatura brasileira para a classificação ideológica, fato que permitirá perceber que as determinadas preferências ideológicas, dependendo do contexto histórico, saltam como indícios mais relevantes para a classificação.

2.2 Análises das ideologias partidárias brasileiras no pós-redemocratização.

É preciso salientar que diversas metodologias foram utilizadas em tentativas de análises dos partidos brasileiros. Recorremos ao resgate histórico com o objetivo de demonstrar os recortes já utilizados e os resultados obtidos através de análises que possuíam variáveis distintas ao longo do tempo.

Iniciamos a revisão bibliográfica abordando os trabalhos que classificaram os partidos logo após o momento de suas regulamentações no pós-ditadura militar. Pensar o momento de formação dos partidos se faz relevante quando consideramos o primeiro modelo de classificação partidária sugerido por Duverger (1970), em que os quadros e ideais embrionários de um partido seriam determinantes de sua ideologia.

As duas décadas seguintes ao fim do regime e já com a democracia consolidada, 1990 e 2000, apresentam uma literatura com metodologia e abordagem diferenciadas em relação à classificação ideológica. A segunda divisão do tópico lançará luzes sobre

esse momento e possibilitará a reflexão sobre as lacunas existentes até os dias de hoje na tentativa de classificação ideológica dos partidos brasileiros.

2.2.1. Análise de preferência ideológica a partir das votações na constituinte e de auto-posicionamento de membros do legislativo.

Kinzo (1993) é a primeira autora a se debruçar sobre as preferências ideológicas dos partidos recém-formalizados na década de 1980. A autora apresenta um trabalho em que classificou os partidos no espectro político ideológico através da análise de trinta e três votações importantes que ocorreram durante a Constituinte segundo a justificativa de que em momentos em que questões relevantes estão em jogo, clivagens ideológicas substanciais sempre se manifestarão: o primeiro passo consistiu em classificar os partidos segundo uma escala de governismo, ou seja, segundo seus graus de concordância com o governo Sarney; o segundo passo consistiu em medir o grau de conservadorismo através das variáveis: votações sobre o direito de propriedade, reforma agrária, estabilidade no emprego e direito de greve.

Outra pesquisa com o mesmo objetivo foi realizada em 1989 (Kinzo, 1993), porém, a metodologia foi diferenciada. Segundo a autora, uma maneira simples de se descrever o perfil ideológico de diferentes partidos é através do auto posicionamento de seus membros numa escala de 1 (esquerda) a 10 (direita). As questões feitas aos deputados solicitavam não só a autoclassificação, mas também a opinião dos deputados sobre em qual nível na escala estavam os principais partidos adversários. Contudo, a autora assume a limitação da pesquisa por conta da ideia de que o auto-posicionamento ideológico pode levar os resultados a refletirem certo viés, diante da maior ou menor aceitação de certa posição. Em um momento de rompimento com a ditadura militar, num contexto de extrema desigualdade social, a direita parece não querer se assumir como tal. Há, assim, uma tendência a evitar os graus próximos de 10 (direita radical). Os dados apresentados no estudo comprovam tal hipótese: dos 637 deputados, apenas 3% se atribuíram os valores 9 ou 10. Mesmo da posição 7 e 8 (centro direita) houve baixa identificação, 5,2%. A posição 5 e 6, considerada como centro, teve o maior índice, 42,9%. Como centro esquerda, posição 3 e 4, 41% dos deputados foram

identificados, enquanto a posição identificada como esquerda, 1 e 2, obteve apenas 9,4% de identificação. Vejamos os resultados obtidos:

Tabela 1. Média do posicionamento dos partidos na escala esquerda/direita Deputados Estaduais, Legislatura 1987 -1990. (Escala de 1 a 10)

	PT	PDT	PSDB	PMDB	PTB	PL	PDC	PFL	PDS
Auto Classificação	1.8	3.0	3.4	4.2	5.1	5.0	4.8	5.3	5.2
Nota média dada aos partidos por seus representantes	1.7	3.0	3.5	4.7	5.1	5.9	5.3	6.1	6.1
Nota média dada aos partidos pelo conjunto dos deputados	1.6	3.6	4.0	5.4	6.2	6.9	7.2	7.5	8.3

Fonte: Kinzo, MDG. 1993, p. 79.

A tabela nos faz perceber que os deputados tenderam a se auto-posicionar mais à esquerda do que a nota média atribuída ao seu partido tanto pelos membros do seu próprio partido como pelo conjunto de todos os deputados. Nesse sentido, a autora afirma que parece mais confiável classificar os partidos entre esquerda e direita de acordo com a avaliação dos partidos feita pelo conjunto de deputados. Segundo esse critério, Kinzo (1993), classificou os partidos da seguinte forma:

O PT é o único realmente à esquerda; o PDT e o PSDB estariam na posição de centro-esquerda; o PMDB e o PTB ocupariam o centro do espectro, correspondendo à posição de centro-direita ao PL, PDC, PFL e PDS. Observa-se que, segundo este método, nenhum partido se situa na posição de direita radical. (KINZO, 1993, P.79)

Após a primeira verificação exposta acima, Kinzo (1993) também analisou os dados através de outras fontes. Fez-se preciso verificar se a posição que os partidos ocupavam na escala esquerda/direita encontrava correspondência nas opiniões defendidas por seus representantes acerca de questões políticas mais substantivas que demonstrem posições ideológicas. Tais questões substantivas foram divididas em dois conjuntos de itens que se associavam, denominados “esquerda estatizante” (contra os militares e favorável a fortes vínculos partidários) e “nacionalistas” (nacionalistas e até

certo ponto estatizantes no que se refere ao sistema econômico financeiro). As variáveis que compunham os dois conjuntos e formaram questões de opiniões aos deputados foram as seguintes:

- Esquerda estatizante: contra a privatização de empresas estatais; a favor da desapropriação de terra improdutivo para a reforma agrária; a favor do direito irrestrito de greve; contra a alta prioridade ao enxugamento da máquina estatal e contra a atribuição às Forças Armadas na função de garantidoras da ordem interna; a favor de votações obedientes ao que o partido indica e não de acordo com consciências individuais.

- Nacionalistas: favoráveis à nacionalização da distribuição de combustíveis, ao tratamento preferencial à imprensa nacional na aquisição de bens e serviços; baseando o país no mercado interno e, se necessário, repudiando a dívida externa; apoio ao monopólio da União sobre os recursos minerais, apoio à estatização dos bancos e a aplicação de fundos e recursos da União apenas em instituições financeiras públicas.

Observou-se uma notável semelhança de resultados entre o primeiro ordenamento e este último: o PT foi o que mais tipificou o esquerdo-estatismo, seguindo-se em decréscimo, o PDT, o PSDB, o PTB, o PL, o PDC, o PDS e o PFL. Ao tomarmos a média total temos PT, PDT e PSDB à esquerda e todos os outros à direita. Kinzo (1993) conclui a análise afirmando que os resultados obtidos nos mostram uma indicação de que os partidos, apesar de sua reconhecida fragilidade, ostentam perfis diferenciados, expressando posições definidas no espectro político ideológico.

Tabela 2. Escalas de esquerdo-estatismo, conservadorismo e nacionalismo. Comparação entre Congresso Constituinte e Deputados Estaduais.

	Deputados Estaduais Escala de Esquerdo-estatismo	Constituinte Escala de conservadorismo	Deputados Estaduais Escala de nacionalismo	Constituinte Escala de nacionalismo
PT	8.9	0.5	8.7	10.0
PDT	6.5	0.4	7.3	9.6
PSDB	6.2	1.4	6.1	7.7
PMDB	4.8	3.6	6.2	6.1
PTB	4.7	4.3	5.2	4.6
PL	4.7	6.6	5.3	4.5
PDS	4.1	6.8	5.0	1.9
PFL	4.0	7.2	5.3	2.1
Média	5.0	4.1	6.0	5.5

(Fonte: Kinzo, 1993 – Tabela IV. 8, p. 83)

A autora ressalta que as escalas analisadas não indicam uma polarização e sim uma gradação de opiniões entre os principais partidos diferenciadas de maneira inteligível. A previsão, na época (início dos anos 1990), era de que o sistema partidário ora em formação teria condições de se consolidar como um pluripartidarismo⁹ moderado, e não polarizado ou radicalizado entre esquerda e direita.

É possível afirmar que a trajetória dos novos partidos brasileiros foi marcada desde o início por um afastamento das ideologias extremas, tanto esquerda, quanto direita. Porém, o caso da direita nos parece peculiar. O temor em se pronunciar como direita, por parte de diversos deputados e partidos, mas agir como tal, faz parte do que consideramos o fenômeno da “direita envergonhada”, que fez com que análises a partir deste método de mensuração, entrevistas com os próprios deputados, obtivessem resultados enviesados no contexto da recém-democratização.

Outras pesquisas foram feitas com foco nas opiniões ou atuações da elite partidária. Power (1998) mapeou o apoio no Congresso brasileiro às propostas de reforma vindas do executivo no governo de Fernando Henrique Cardoso – PSDB de 1994 a 1998. Kinzo e Braga (2003) avaliaram os posicionamentos dos deputados estaduais em todo o país, entre 2001 e 2002, na escala esquerda direita. Os dois trabalhos levaram em consideração que as posturas assumidas pelos membros de um partido, pela forma como votam ou pelos conteúdos das propostas legislativas que apresentam, podem estimar a posição do partido. Quando não estimam, estariam esses parlamentares agindo de maneira personalista. Fato que nos remete a ideia de enfraquecimento do sistema partidário brasileiro relatado em Mainwaring (1995).

2.2.2 – Metodologias recentes para análises contemporâneas.

Tarouco (2007) também trabalha com o método de análise da atuação da elite partidária. Porém, utiliza esses dados como variáveis dependentes ao relacionar as Propostas de Emenda Constitucional (PEC) apresentadas de 1998 a 2005 com as preferências políticas dos partidos analisadas em seus documentos programáticos. A

⁹ Kinzo (1993, p. 85) discute sobre a classificação elaborada por Sartori (1982, cap. 6) em que a variável utilizada para definir os tipos de pluralismo de um sistema. O nível de distanciamento ideológico, portanto, seria um indício de pluralismo moderado e pluralismo polarizado.

autora selecionou os sete partidos responsáveis por 80% das propostas de emenda constitucional apresentadas no recorte temporal já citado. A ideia principal consistia em distinguir os partidos ideologicamente através de seus manifestos e testar se a distinção também embasava as PECs. A autora concluiu que os partidos brasileiros se distinguem uns dos outros pelas suas ênfases programáticas. De acordo com as categorias estabelecidas pelo CMP, o PSDB dá ênfase ao domínio 3, que abarca as temáticas do sistema político; enquanto o PT dá ênfase ao domínio 2, que abarca as temáticas que envolvem liberdade e democracia. A autora comprovou sua hipótese ao demonstrar através dos dados que a elite partidária atua de acordo com os programas de seus partidos, já que os assuntos nos domínios relatados foram os que mais apareceram como assuntos a serem modificados na constituição.

Ainda se tratando de análise da elite partidária, também já foi realizado no Brasil o método denominado “Nominate”. Tal método busca determinar as preferências individuais dos parlamentares e ligá-las aos partidos através dos seus votos nominais no parlamento. Segundo Tarouco (2007), esse método já foi aplicado no estudo dos autores Leoni (2002), Roma e Muranaka (2003) e Roma (2004).

Zucco Junior (2011) apresenta estimativas da posição ideológica dos principais partidos no período pós-Constituinte, baseado no tratamento estatístico de respostas dos membros do legislativo a perguntas categorizadas como posições de direita e esquerda.

O autor também afirma que é necessário considerar as significativas mudanças no significado direita e esquerda ao longo dos anos, afirmando que essas mudanças estão associadas a posições de maior ou menor intervenção do Estado na economia. Partindo desse pressuposto, o autor afirma que houve uma considerável retração dos partidos mais à esquerda, que hoje em dia são marcadamente menos estatizantes e mais pró-mercado do que no final da década de 1980. Pode-se observar que a variável econômica foi a de maior relevância nas considerações de Zucco Júnior (2011). Os resultados obtidos mostraram que, considerando a incoerência entre discurso dos membros e discurso ideológico do partido, a ideologia não é a principal clivagem nas votações realizadas na Câmara dos Deputados. E ainda que partidos como PSDB, PMDB e DEM são praticamente indistinguíveis, enquanto o PT ainda possui uma diferença ideológica clara. Para o autor, todos os partidos citados sofrem uma movimentação ao centro, o que os diferenciará pouco nos próximos anos.

Samuel e Lucas (2011) constataam que essa diferença entre PT e demais partidos vem diminuindo a cada ano, fato que demonstra a fragilidade da estruturação ideológica do sistema partidário brasileiro dada a importância de um mapa de coerência ideológica.

Para Power e Zucco Júnior (2011), os resultados obtidos com a metodologia da análise do discurso e do comportamento dos atores legislativos apontam para uma caracterização de sistema em que se posiciona o PT contra o resto, mesmo que esta diferença entre os dois blocos esteja diminuindo. Seria então, segundo as palavras dos autores, “o PT contra o incoerente resto” (2011, p. 97)

É possível concluir, através dessa breve revisão bibliográfica sobre a classificação ideológica dos partidos brasileiros, que o resultado reflete um razoável consenso: PT e PDT à esquerda, PMDB e PSDB ao centro e PDS/ PPR/PPB/PP, PTB e PFL à direita.

Diante das constatações expostas acima, voltamos o nosso olhar para outro método de análise utilizado por brasileiros (Madeira e Tarouco, 2007; 2011) que, por se aproximar do método CMP, terá maior destaque na presente análise. Essa abordagem remete ao período e ao contexto em que os atuais partidos brasileiros foram formados. No momento em que o mundo se reconfigurava politicamente, na passagem da década de 1980 para a década de 1990, o Brasil também superava um momento político diferenciado em sua história. Iniciávamos nossa redemocratização, após 21 anos de um Regime de Ditadura Militar, e dávamos nossos próprios sentidos à classificação direita/esquerda. Enquanto as esquerdas comunistas fracassavam seus objetivos pelo mundo, no Brasil uma nova esquerda se erguia. Sua base não se debruçava no ideal comunista, mas na redemocratização e na luta pelo fim das desigualdades sociais. Assim, por muito tempo consideramos de esquerda movimentos que surgiram da luta contra o regime militar e, de direita, movimentos que apoiavam sua continuação. Podemos encontrar tal observação em Madeira e Tarouco (2011):

A atual distribuição dos principais partidos políticos brasileiros na escala também é coerente com o grau de aproximação/distância com relação ao regime autoritário. Os partidos considerados de direita (PP e DEM) foram os principais apoiadores do regime, os partidos de centro (PMDB e PSDB) representam em linhas gerais a oposição (sub-dividida entre moderados e autênticos) permitida pelo regime e os principais partidos de esquerda (PDT e, claramente o PT) sendo mais representativos das forças políticas que não atuavam dentro do marco institucional montado pelo regime (sendo que

parcela significativa destes grupos teve atuação na clandestinidade e se constitui em um dos principais alvos da repressão do regime militar). (MADEIRA E TAROUCO, 2011, P. 8)

Durante os primeiros anos da década de 1990, sem dúvidas, o posicionamento dos partidos diante do regime militar foi uma das peculiaridades ideológicas que deram forma ao debate direita/esquerda no Brasil. Porém, as contingências históricas trouxeram outros fatores importantes ao debate. Após a redemocratização o grande dilema não se pautava mais no problema da democracia, mas sim na crise econômica que o país estava inserido. Diante de tal dinâmica, a postura econômica assume uma dimensão importante para a classificação ideológica.

Atualmente, o contexto histórico nos traz outras dimensões. Existem análises que dão conta do comportamento partidário diante da questão ambiental, religiosa e, principalmente, de distribuição de renda. Segundos essas análises, estaríamos frente a partidos ideologicamente indistinguíveis, porém, com preferências de tomadas de decisão em relação a determinados assuntos totalmente claras e diferenciáveis. O grande dilema consiste em medir as preferências de modo que possamos operacionalizá-las numa escala em que os extremos representariam partidos ideologicamente opostos, e o centro representaria partidos que apenas possuem preferências políticas distintas.

Concluindo o breve histórico realizado, pode-se perceber que diversas foram as tentativas de elucidar a ideologia dos partidos brasileiros. De maneira abrangente, a literatura traz alguns dados e classificações relevantes para o pensamento político que tange a ideologia partidária contemporânea. O presente trabalho está inserido nessa mesma linha de pensamento político e busca agregar mais um indício de classificação através de uma abordagem não trabalhada ainda na literatura. Como já dito na introdução, a análise presente buscará contribuir a partir de uma diferente abordagem metodológica, de um novo escopo em um novo recorte temporal. Para fins de uma análise mais precisa, admite-se a limitação do estudo de caso de apenas dois partidos, selecionados por relevância, PT e PSDB. O tópico seguinte pretende esclarecer brevemente a relevância histórica e analítica dos dois partidos, assim como a maneira que já foram classificados na literatura.

2.3 PT e PSDB: um estudo de caso.

Ao salientar a importância da análise de programas partidários eleitorais para a compreensão da ideologia ou preferência partidária, os partidos brasileiros que possuem um histórico de dados com maior abrangência, devido ao fato de terem competido em todas as eleições presidenciais desde a redemocratização com candidatos próprios, são PT e PSDB. Para exemplificar como eles podem ser o escopo de um importante estudo de caso brasileiro, abordaremos resumidamente suas particularidades.

2.3.1 PT – Histórico e Análise Ideológica.

A fundação do PT, em 1980, estava inserida em um contexto onde as novas dinâmicas de trabalho e divisão de classes aconteciam juntamente com a ânsia nacional pela redemocratização. A região do ABC paulista, onde o partido foi criado, configurava o maior reduto da nova indústria que muito empregava e pouco pagava a seus metalúrgicos. Após a reforma partidária, operários mobilizados já a partir das greves de 1978-79, alargam seus objetivos e se unem a intelectuais, estudantes, artistas, políticos e sindicalistas de outros estados, dando início a criação de um ator político que pudesse lutar por espaço e alcançar a demanda igualitária de uma sociedade em meio a uma ditadura. Em meio a esse contexto é que o PT é criado sob a forte liderança do sindicalista Luís Inácio Lula da Silva (Kinzo, 1993).

Diante do cenário e da busca por reformas, podemos afirmar que de acordo com a ideia de se classificar um partido na escala esquerda/direita diante do seu posicionamento frente a mudanças e rupturas (Tarouco e Madeira, 2011), podemos afirmar que o PT nasceu permeado por um forte ideal de esquerda. Com ideais inspirados nas teorias socialistas, sua ligação com o operariado e com as classes que buscavam uma forte ruptura com o sistema vigente (a ditadura militar) o torna um típico partido de esquerda em diversas dimensões.

Buscando ainda uma melhor identificação do partido, podemos recorrer à classificação do modelo de Duverger (1970) que salienta a importância do momento da criação do partido para distinguir sua tipologia. Segundo a classificação de Duverger,

podemos afirmar que o PT é um legítimo partido de massas, pois surgiu de um movimento endógeno à sociedade civil

O primeiro partido de massas criado no Brasil: de origem externa, extra-parlamentar, de caráter societário; apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político; [...] Quanto à participação, o PT define-se, em certo sentido, pela idéia 'integralista' de partido: visa uma profunda integração com seus membros através de atividades políticas e tarefas de organização permanente, fora dos períodos eleitorais. Finalmente quanto à atividade política, o PT confere bem menos importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais partidos, priorizando os laços com os movimentos sociais (MENEGUELLO, 1989; p. 36).

Na literatura, são vários os autores¹⁰ que salientam a importância da formação do PT para o entendimento de sua ideologia. No entanto, a história, por se reconfigurar, trouxe um novo cenário para debate e o comportamento do partido pós-fundação veio à tona da discussão. No que também tange à classificação podemos abordar o modelo de Panebianco (1995) que considera as mudanças ocorridas na estrutura socioeconômica que trouxeram novos desafios aos partidos políticos do final do século XX. Segundo Panebianco (1995), o modelo clássico de Duverger (1970) está superado, já que os partidos tradicionais tenderiam a se transformar em partidos profissionais-eleitorais, e seus componentes passariam a ser experts contratados para o jogo eleitoral.

Kinzo (1993), ao analisar os documentos de formação do partido e as propostas programáticas, sintetiza as opiniões principais dos partidos sobre determinados assuntos na área política, social e econômica. Daremos ênfase, por interesse particular desta dissertação, as opiniões do PT¹¹ sobre os assuntos pertencentes à área social:

- Educação: Ensino público e gratuito em todos os níveis, voltado para as necessidades dos trabalhadores; desenvolverá sua política de atuação na educação juntamente com sua base social.

- Saúde: Contra a privatização da medicina; assistência média e odontológica pública, gratuita e eficiente a toda população; ampliação dos serviços básicos de saúde e

¹⁰ Ver Meneguello, 1989; Keck, 1991; Mainwaring, 1999; Samuels, 2004.

¹¹ No documento analisado, a autora constatou uma ênfase maior na história e proposta ideológica do partido do que nas questões de políticas públicas. O tema da "seguridade social", encontrado na abordagem dos outros partidos, não foi encontrado na abordagem do PT. Ver Kinzo (1993) e Tarouco, (2007).

saneamento para a promoção e proteção da saúde; desenvolverá sua política de atuação na saúde junto com sua base social.

- Trabalho: Negociações diretas entre trabalhadores e patrões; garantia no emprego, salário mínimo real e unificado que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores e de sua família, contra o desemprego; liberdade e autonomia sindical; Central Única dos Trabalhadores eleita diretamente pelos trabalhadores; liberdade de organização nos locais de trabalho na cidade e no campo; direito irrestrito de greve; restituição dos plenos direitos políticos e sindicais aos dirigentes e militantes sindicais cassados.

- Habitação e Urbanização: Política habitacional que assegure moradia digna a todos os trabalhadores e sob o controle dos trabalhadores; reconhecimento da posse definitiva sobre os terrenos ocupados por moradores de favelas e regulamentação imediata dos loteamentos clandestinos; urbanização e criação dos serviços básicos nos bairros populares e nas favelas, criação de creches públicas nos locais de moradia e trabalho, transporte coletivo público que atenda às necessidades da população.

- Meio ambiente: Entende que as condições ecológicas devem ser respeitadas nos programas nacionais de desenvolvimento.

Em 1989, o partido participa de sua primeira eleição para o governo executivo federal, com a candidatura de Lula, apresenta uma imagem de renovação que, ligada pelo eleitor ao socialismo, distancia o partido do seu primeiro mandato. Durante nove anos, com o mesmo candidato metalúrgico, o PT concorre aos pleitos executivos sem sucesso. Nos pleitos de 1994 e 1998 é derrotado pelo candidato Fernando Henrique Cardoso do PSDB. Apenas no pleito de 2002 é que o PT alcançará a vitória.

O distanciamento entre a imagem do partido e os ideais socialistas foram chave para a vitória petista. Segundo Ribeiro (2008), a dimensão de massa do PT foi enfraquecida enquanto, durante sua história e na busca pelos votos, o partido seguiu um movimento de aproximação do Estado e de enfraquecimento dos vínculos com a sociedade civil. Para chegar à presidência o partido teria que ser “domesticado”, abrindo mão de uma política de alianças restritas e suavizando seu discurso nas promessas de reformas que pudessem ocasionar grandes rupturas com o status quo.

O PT segue no poder desde então, a existência de uma distância entre o discurso reformista e ideológico de esquerda e as ações enquanto governo, ou seja, a práxis, é

pauta de um grande debate usual que permeia a opinião pública e a intelectualidade contemporânea: será o PT um partido esvaziado ideologicamente? Responder a essa questão é uma tarefa complexa. Pretendemos, neste trabalho, lançar luzes sobre como o partido se movimentou na escala ideológica a partir da maneira que se colocou nos debates que pautaram as eleições de 2002 e 2006. Portanto, nossa ideia é contribuir para a reflexão sobre como o partido configura seu papel na sociedade brasileira atual.

2.3.2 PSDB – Histórico e Análise ideológica.

O momento da luta pela redemocratização foi o mesmo que instigou a criação do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira. Membros do então MDB, descontentes com os rumos tomados pelos partidos durante a redemocratização, em especial nos episódios das “Diretas Já” e na participação na assembleia constituinte se unem para a criação de um novo partido. É durante a assembleia que o então eleito senador pelo PMDB, Mário Covas, se relacionará com outros senadores, Fernando Henrique Cardoso, além dos deputados José Serra e Pimenta da Veiga. Juntos, dois anos depois, o grupo de políticos citado acima criará o PSDB.

O PSDB foi criado originalmente com o objetivo de representar a social democracia no Brasil. Entre as principais propostas originais do partido encontram-se o enxugamento da máquina e a instituição do parlamentarismo no plano político. Diante das questões que tangem a relação entre mercado e Estado, propõe uma regulação estatal da economia que dê brecha para uma participação mais livre das empresas privadas e dos investidores internacionais. Nesse sentido, de acordo com a dimensão da economia e da política externa, o PSDB poderia ser classificado como alinhado à direita.

Kinzo (1993), também analisou os aspectos sociais nas propostas programáticas do partido¹², também daremos ênfase às propostas contidas na área social dos documentos:

¹² O PSDB também não abordou todas as temáticas encontradas nos outros partidos. A temática da saúde não foi encontrada no documento analisado. Ver Kinzo (1993).

- Educação: A educação é direito de todos e dever do Estado; gratuidade no ensino público em todos os níveis; gestão democrática do ensino; valorização dos educadores; autonomia da universidade tendo em vista sua contribuição para o desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural do país.
- Trabalho: o partido estará ao lado dos trabalhadores do campo e das cidades em suas justas reivindicações; livre negociação entre patrões e empregados; direito de greve; liberdade de organização sindical sem interferência do Estado; verdadeiro seguro desemprego.
- Cultura: Liberdade de criação e difusão da cultura, partindo do princípio que a expressão artística não pode estar sujeita a nenhum tipo de censura.
- Habitação e Urbanização: Defende uma política urbana que conduza à redução da segregação social nas grandes cidades e à ocupação racional do solo; combater a especulação imobiliária mediante tributação progressiva.
- Seguridade Social: Construção de um sistema de seguridade social compatível com os postulados da dignidade da pessoa humana.
- Meio ambiente: Encara a preservação ambiental como um requisito básico do bem-estar social, e um compromisso com as gerações futuras.

Nas duas mensurações realizadas por Kinzo (1993), o PSDB aparece primeiramente, como resultado da escala de autoposicionamento, situado na posição de centro-esquerda; os resultados da mensuração através das questões de opinião sobre assuntos substanciais colocam o partido à esquerda, mas em nível menor que o PT.

O partido disputou as eleições de 1989 com o candidato Mário Covas que não conseguiu chegar ao segundo turno. Apenas em 1994 é que o PSDB conquista a presidência da República com Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e um dos fundadores do partido. Através de uma reeleição, FHC se manteve no poder até 2001. Algumas das medidas tomadas enquanto governo, para alguns críticos, distanciam PSDB do movimento de esquerda assumido em sua criação. Mesmo sendo um partido de quadros, segundo a classificação de Duverger (1951), sua luta pela redemocratização e contra a permanência do regime militar, segundo os autores

Tarouco e Madeira (2012) havia lhe dado status de reformista e o aproximado sua origem da esquerda.

Em uma análise mais contemporânea, Zucco Jr (2011), através da análise das votações do partido no congresso, concluirá que o PSDB está em um grupo ideologicamente indistinguível formado por PSDB, PMDB e DEM (antigo PFL). Tal grupo constitui a oposição ao governo do PT, embora ideologicamente estejam num movimento cada vez maior de aproximação.

No discurso dos próprios militantes e políticos, está presente a definição de centro-esquerda. O próprio FHC já mencionou que o partido está no centro olhando para a esquerda. Inspirado em intelectuais como Florestan Fernandes e pertencente a grupos intelectuais marxistas, FHC nega o afastamento do partido da social democracia e dos ideais socialistas.

No presente trabalho, buscou-se elucidar a trajetória histórica do partido e demonstrar suas movimentações na escala direita/esquerda para que melhor possamos entender seu papel na sociedade brasileira atual, assim como no sistema partidário do qual faz parte.

Capítulo 3. Instrumentos teóricos e metodológicos de análise de preferências ideológicas.

Após a breve revisão bibliográfica e o resgate histórico sobre os partidos em questão, que pretendeu justificar a relevância do recorte temporal e do objeto, o capítulo II abordará os instrumentos teóricos e metodológicos que embasaram a presente pesquisa. A abordagem consistirá em uma descrição da construção linear da teoria¹³ que viabilizou a metodologia do CMP, utilizada como inspiração para o método presente de análise. Após a descrição do método CMP, o capítulo abordará como a literatura brasileira já dialogou com tal corrente. Ao fim do capítulo, a nova metodologia, sugerida pela presente pesquisa, será exposta e problematizada.

3.1 A escolha racional e a Saliency Theory: As ênfases programáticas dos partidos.

Diante do atual contexto de diferenciação partidária descrito acima, a Ciência Política atual dispõe de três principais abordagens para a tentativa de classificação na escala direita/esquerda ou mensuração de preferências políticas partidárias: opiniões de especialistas; dados de pesquisas de opinião; análises de conteúdos de manifestos partidários. A terceira abordagem vem sendo mais utilizada diante da ideia de que os manifestos/programas partidários são documentos oficiais em que os partidos declaram suas preferências, estando isentos de uma possível parcialidade existente nas outras duas abordagens: opiniões de especialistas e de eleitores. Podemos tomar os documentos partidários como parte pertencente aos mecanismos de competição eleitoral ao passo que transmitem ao eleitorado suas intenções como governo. Ao realizarmos essa consideração, nos deparamos com duas teorias que avaliam as ênfases desses programas partidários vistos como mecanismos eleitorais (Laver e Budger, 1992; Tarouco, 2007; Dinas e Gemenis, 2010).

A primeira teoria a qual podemos fazer referência é a da “Escolha racional” (Downs, 1999), segundo a qual os partidos se movem ao longo de uma escala

¹³ A teoria Saliency Theory foi utilizada como base pelos criadores do método CMP.

ideológica formulando propostas de políticas que podem sofrer alterações em busca do fim pelas quais são criadas: a conquista de votos. Para Downs, os atores se comportam na política como se comportam na lógica econômica do mercado, de forma racional para alcançar o objetivo do voto. Assim, as políticas públicas formuladas pelos partidos não estariam de acordo com uma ideologia, mas seguiriam as demandas que se refletiriam em votos. O mecanismo funcionaria pela finalidade do voto e as políticas públicas seriam o meio pelo qual esses votos seriam alcançados, caminho inverso dos partidos que se colocam como candidatos em eleições com o fim de governar por determinadas políticas sociais. Nessa perspectiva, os programas partidários seriam apenas uma abordagem de temáticas que se mostraram relevantes para o angariar de votos em um determinado momento, não refletindo as verdadeiras preferências e ideologias partidárias. Logo, “a posição assumida por cada partido poderia variar conforme a expectativa de preferência do eleitor mediano, cujo voto os partidos almejam, ou seja, os partidos se movimentam na escala para ganhar eleitores” (Downs, 1999). Nesse sentido, a escolha pela análise dos manifestos partidários em busca da classificação dos partidos em uma escala direita/esquerda pode levar a uma classificação que não representa verdadeiramente as intenções e preferências de um partido.

Ao analisarmos a lógica contrária, em uma perspectiva em que o partido ainda exerce suas preferências ideológicas, encontramos a segunda teoria denominada Saliency Theory e desenvolvida por (Robertson, 1976). Nessa perspectiva, os partidos competem enfatizando diferentes questões. Através da agregação de demandas em pacotes de políticas, os partidos ofereceriam aos eleitores uma escolha e lhes delegariam a tarefa de decidir qual dos conjuntos de questões é mais importante. De acordo com esse ponto de vista, os partidos, em seus programas de governo, lançariam as questões que priorizariam caso chegassem a ser governo, assim o eleitor possuiria um leque de opções de preferências, em que cada partido defenderia uma espécie de prioridade de política pública. Desse modo, o nível e a intensidade em que cada assunto aparece nos programas partidários indicaria qual sua posição em uma escala de preferências ideológicas.

De acordo com a Saliency Theory, as preferências dos partidos são multidimensionais e não podem ser explícitas numa escala direita/esquerda apenas por questões econômicas ou sociais. Diante da substituição dos dilemas dos embates das

classes sociais, os partidos buscariam, para se diferenciar, optar por novas agências como, por exemplo, rivalidades étnicas, religiosas, identidades nacionais e questões ambientais. Logo, a proposta da Saliency Theory é classificar os partidos de forma multidimensional a partir de suas preferências partidárias.

3.2. Os desdobramentos da Saliency Theory: CMP – Coparative Manifesto Project

O Manifesto Research Group (MRG), agora conhecido como Comparative Manifesto Project, estima o posicionamento político por meio da análise do conteúdo dos programas eleitorais e tem como principal base teórica a Saliency Theory. Essa abordagem torna fácil a identificação de pontos de referência e fontes para medição do posicionamento político, que pode variar entre as eleições, mesmo se os partidos não mudarem sua filiação. O primeiro estudo do MRG incluiu dezenove países, entre eles quinze países Europeus, exceto Grécia, Portugal e Espanha, e o período estudado foi de 1945 até o final dos anos 70. Esse estudo dedicou atenção especial a duas importantes questões: em primeiro lugar, e teoricamente, quais são as principais dimensões de competição partidária; em segundo lugar, e metodologicamente falando, como podemos medir essas dimensões? A primeira e a segunda análise de fatores mostraram a dimensão esquerda/direita como sendo a primeira e predominante dimensão da concorrência programática entre os partidos, embora a análise de fatores também aponte para aspectos multidimensionais, com espaços políticos específicos. Logo, o CMP definiu como categorias indicativas de direita (Laver e Budge, 1992; Tarouco, 2007):

- Referências positivas às Forças Armadas; Liberdades e Direitos Humanos; Constitucionalismo; Autoridade Política; Livre Iniciativa; Incentivos; Protecionismo; negativo; Ortodoxia econômica; Limitação do Welfare State; Estilo nacional de vida e comportamento; Moralidade tradicional; Lei e Ordem; Harmonia Social.

E de Esquerda:

- Anti-Imperialismo; Forças Armadas: negativo; Paz; Internacionalismo: positivo; Democracia; Regulação do Mercado; Planejamento Econômico;

Protecionismo: positivo; Economia controlada; Nacionalização; Expansão do Welfare State; Expansão da Educação; Classes trabalhadoras: positivo.

Dessa forma, a análise do CMP é dividida em sete domínios: relações exteriores, liberdade e democracia, sistema político, economia, bem-estar e qualidade de vida, estrutura da sociedade e grupos sociais.

Atualmente, o CMP - Comparative Manifesto Project - reúne uma vasta base de dados sobre posições políticas de 780 partidos em 54 países desde o pós-guerra analisados a partir da seguinte metodologia:

A metodologia inclui a segmentação dos documentos programáticos em frases e sua posterior classificação segundo o conjunto de 56 categorias. A proporção de texto dedicada a cada categoria seria um indicador das ênfases do partido e a proporção dedicada a categorias indicativas de posicionamento à esquerda e à direita seriam os critérios para a localização dos partidos em uma escala ideológica. (TAROUÇO; MADEIRA, 2010, p.02)

A fonte de dados criada pelo MRG/CMP é avaliada pela Ciência Política como uma fonte inigualável para inúmeras pesquisas. Um dos resultados desse consenso geral tem sido a proliferação de diferentes métodos analíticos destinados a analisar a posição ideológica dos partidos e o uso dos dados da CMP. (Budge, 1987; Franzmann e Kaiser, 2006; Gabel e Huber, 2000; Kim e Fording, 1998; Klingemann, 1995; Laver e Budge, 1992; van der Brug, 2001). Porém, muitos desses estudos acabam por não dar conta de uma análise mais profunda. Dentre todos esses métodos, apenas o método “padrão”, desenvolvido por Laver e Budge (1992), foi considerado mais preciso ao organizar vinte dimensões políticas variadas para a classificação na escala direita/esquerda.

3.3 Limitações das metodologias existentes - MRG/CMP.

Mesmo diante do consenso a respeito da riqueza do banco de dados que formam o CMP, a eficácia da utilização desses dados e dos métodos propostos foi medida de diversas maneiras. Os autores Elias Dinas e Kostas Gemenis realizam este exercício no artigo “Measuring parties ideological positions with manifesto data”. Os autores apresentam seis vertentes do CMP: método padrão, método indutivo, análise de fatores

de dois estágios, método nacional, método vanilla, método de regressão. Segundo esses autores todos esses métodos devem ser comparados e submetidos aos testes que avaliam a confiabilidade e a validade dos dados. De acordo com a definição de Carmines e Woods (2005), uma medida é tida como uma construção válida “se os resultados observados são empiricamente coerentes com as previsões teóricas”. Após algumas análises que seriam demasiadas extensas para serem explicadas no presente trabalho, os autores concluíram que o método mais eficiente é o padrão, criado por Laver e Budge (1992).

Diante dessa observação, levando em consideração o método padrão, enquanto o teste da confiabilidade dos dados contados em programas de computador gerou um resultado positivo, a questão da “validade” gerou resultados preocupantes. Há duas razões pelas quais nem sempre os manifestos refletem o verdadeiro posicionamento de um partido. A primeira tem a ver com a distribuição do espectro ideológico dentro de um determinado contexto político. Os autores recorrem aos argumentos de Bartolini e Mair (1990): em contextos onde as diferenças ideológicas entre os partidos são claras, os manifestos partidários podem não revelar indicadores confiáveis sobre seu posicionamento, porque os partidos que são claramente diferenciados por motivos ideológicos têm liberdade o bastante para apresentar uma imagem política substancialmente diferente. Este é o caso dos partidos extremos, os quais tendo se distinguido dos principais partidos no discurso político cotidiano, estão em condições de evitar qualquer expressão explícita de seu ponto de vista político que os caracterize como extremos. Inversamente, nos países onde as diferenças ideológicas são pequenas, os partidos têm que se diferenciar em termos de política, algo que é então refletido em seus manifestos.

Portanto, ao tentar avaliar empiricamente a validade convergente dos métodos, avaliando-os com relação à medição dos posicionamentos partidários assumidos, tanto por pesquisas especializadas quanto pela percepção dos eleitores, os autores assumem que, mesmo com algumas imperfeições, o método da Saliency Theory criado pelo CMP é o melhor entre os existentes. Os autores também atribuem aos próximos estudiosos do assunto a missão de desenvolver e adaptar esta metodologia aos seus objetos de estudo, ou seja, atribuem a cada analista a responsabilidade de melhor classificar os partidos políticos que são seus objetos, de acordo com as dimensões e contextos sociais e históricos a que estão submetidos.

Partindo desta ideia particularista, localizamos na literatura brasileira abordagens e tentativas de instrumentalização das metodologias citadas, Madeira e Tarouco (2007; 2009; 2012) realizam uma reflexão a respeito da escala direita/esquerda e sua utilização na classificação dos partidos brasileiros. Ao longo de trabalhos, os autores conceituam direita e esquerda, realizando um breve resgate da caracterização dos partidos atuais nessa escala e nos mostram como a metodologia do CMP pode ser utilizada na particularidade dos partidos brasileiros.

Tarouco e Madeira (2012) trabalham com a discussão sobre qual modelo é mais adequado para a análise de determinadas dimensões indicadoras de preferências e, até mesmo, ideologias. Segundo eles, existem duas variações de análise, a primeira está ligada a análise do conteúdo dos manifestos, que tomamos como sinônimos dos documentos partidários de que falávamos e baseia-se na Saliency Theory. Os autores afirmam que a análise apenas do discurso presentes nos documentos oficiais pode enviesar a pesquisa já que, dependendo do jogo eleitoral e das demandas do contexto, os partidos podem se concentrar em algumas questões que representam as demandas da população para aquele pleito, mesmo que essas questões não sejam primordiais para os partidos. Já a análise apenas das ações políticas, segunda variação de análise, pode não apreender a ideologia partidária, pois muitas vezes tal ideologia é barrada pelo contexto político. Os autores também criticam as classificações que se baseiam apenas nos votos dos representantes dos partidos ao legislar, diante da afirmação que muitos dos assuntos votados em congresso não revelam programas ideológicos, e, se revelarem, podem estar sob influência das estratégias de governo através das coalizões.

Estudos realizados por Przeworski (1989) sobre as ações políticas da esquerda no poder afirmam que, de certa forma, a ideologia se viu de mãos atadas diante do contexto social e econômico, o que faria dela insuficiente para um governo mais atrelado à defesa de políticas sociais. Assim, os novos governos, ao se depararem com os dilemas e pressões internacionais teriam se afastado da ideia de proteção social; teriam privatizado serviços sociais públicos e reduzido gastos com políticas públicas sociais. Além da indagação sobre o contexto social, existe outra barreira para uma classificação definitiva na escala direita/esquerda utilizando as ações dos partidos enquanto governo. Também se deve analisar a interferência no resultado de possíveis políticas continuadas, como se o legado deixado por outros partidos e a competição para um próximo pleito fizessem com que o partido mantivesse ou cortasse políticas sociais

que tivessem boa repercussão eleitoral, mesmo que não fizessem parte de seus governos. Tomemos como exemplo o estudo de Przeworski (1989) sobre os partidos socialistas na Europa. Tais partidos, ao ter apoio apenas do proletariado, não conseguiam competir nos pleitos eleitorais sendo forçados a formar alianças com outros setores e assim abandonar algumas de suas posições radicais em um movimento em direção ao centro. Ao chegarem ao governo, não realizaram reformas redistributivas, o que evidenciou uma impossibilidade de rompimento com as estruturas dominantes.

Diante de tais dificuldades, assim como na literatura estrangeira, os autores brasileiros não definem a Saliency Theory e o CMP como teoria e método de organização de dados ideais, porém consideram que é o melhor caminho encontrado para a análise que constitui o seu fim. Tomando como base a literatura estrangeira, a literatura brasileira se esforça em adaptar as categorias e dimensões do CMP transformando-as em dimensões próprias.

3.4. Sugestão de metodologia: o caso brasileiro.

Ao nos preocuparmos com a classificação dos partidos brasileiros, precisamos nos manter atentos aos contextos sociais e políticos em que nasceram nossos partidos contemporâneos. Muitos foram os autores que se debruçaram sobre os partidos brasileiros com intenção de classificá-los. Como já mencionamos na introdução deste trabalho, o que classificava os partidos enquanto esquerda ou direita era o seu posicionamento diante do regime militar. Durante a transição de décadas, 1980/1990, sem dúvidas, o posicionamento dos partidos diante do regime militar, foi uma das peculiaridades ideológicas que deram forma ao debate direita/esquerda no Brasil. Madeira e Tarouco (2012) classificam os partidos políticos brasileiros de acordo com a presença da categoria “ruptura com o regime militar” em seus manifestos de criação. A intenção dos autores é desmistificar a ideia de que os documentos de criação dos partidos nada têm a dizer sobre suas ideologias. Partindo do pressuposto de que os documentos só revelam a verdadeira face ideológica dos partidos quando procuramos neles os assuntos chave em certo contexto histórico, os autores buscaram analisar apenas os trechos que diziam respeito à redemocratização e ao distanciamento do regime militar autoritário.

Porém, as contingências históricas trouxeram outros fatores importantes ao debate. Após a redemocratização o grande dilema não se pautava mais no problema da democracia, mas sim na crise econômica que o país estava inserido. Diante de tal dinâmica, no nosso ponto de vista, a postura econômica assume uma dimensão importante para a classificação ideológica. Ainda refletindo sobre as peculiaridades brasileiras, chegamos à desigualdade social como a problemática chave que assola o contexto político e econômico do país. De fato, nossas problemáticas também já se configuram de maneira multidimensional, questões ambientais, religiosas e de pequenos grupos, já fazem parte do cenário brasileiro. Porém, seria demasiadamente otimista excluir da classificação partidária a dimensão da desigualdade social.

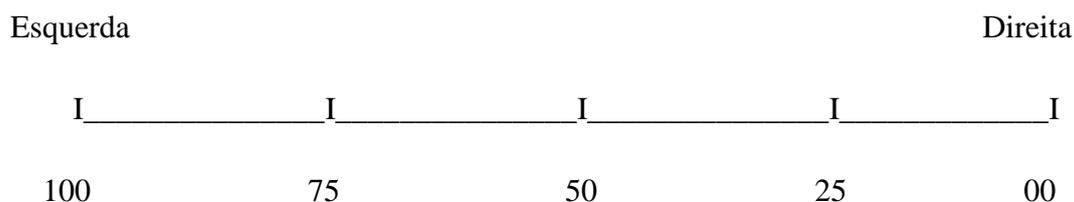
É nesse sentido que consideramos necessário um trabalho que dê continuação ao trabalho de Madeira e Tarouco (2012), no propósito de analisar qual a posição dos partidos brasileiros diante desta nova configuração. Considerando o fato de que o Brasil não possui uma ameaça latente ao seu sistema democrático, a pergunta que gostaríamos de fazer aos documentos partidários do fim da década de 1990 e início da década de 2000, diz respeito às preferências partidárias diante da desigualdade social.

Seguindo a lógica de Bobbio (1995), em que diferenciamos esquerda e direita de acordo com o posicionamento do ator político diante da igualdade, nada nos parece mais adequado ao caso brasileiro do que utilizar a dimensão “enfoque em políticas sociais” para analisar os programas partidários recentes. Para além disso, também é nosso objetivo comprovar se realmente foi essa a dimensão que pautou o debate eleitoral do período analisado como demonstra os artigos de opinião pública da época.

Como os manifestos partidários são recentes e não sofreram grandes alterações, propõe-se que os programas eleitorais sejam analisados com o objetivo de mensurar o nível de enfoque nas políticas sociais. É possível pensar que a abordagem e método de operacionalização das variáveis da CMP pode nos servir como base diante da utilização da Saliency Theory, porém, as dimensões aplicadas ao caso brasileiro devem ser adaptadas. A proposição deste trabalho é que os fatores variáveis a fazerem parte da escala, com pontos extremos que simbolizem posicionamento de preferências à esquerda e posicionamento de preferências à direita, será a clivagem:

- profundidade em temática social nas propostas contidas nos programas eleitorais de governo.

Essa variável nos levará a arriscar uma possível classificação dos partidos entre “tipos ideológicos” que estarão situados em uma escala de “preferências políticas” mais à esquerda ou mais à direita, em que pontuações positivas estariam mais à esquerda e negativas, mais à direita. A seguinte escala será o instrumento de localização dos partidos de acordo com as suas preferências ideológicas



Para tanto, é necessário codificar os manifestos em sentenças (frases ou trechos que versem sobre o mesmo assunto) (Laver e Budge, 1992). Após a codificação, o presente trabalho sugere que se deve calcular a porcentagem de sentenças focadas nas políticas sociais referentes à educação, saúde, habitação, cultura, trabalho, meio ambiente e distribuição de renda (unidades de análise presentes no domínio 5 do método CMP), em relação aos demais assuntos que formam o todo do programa partidário eleitoral. Assim, é possível chegar a um coeficiente do nível de profundidade que o partido atribui às questões sociais.

$$\text{Coeficiente de profundidade: CP} = \frac{\text{sentenças dedicadas a políticas sociais}}{\text{total de sentenças do manifesto}}$$

A presente dissertação afirma que, comparados os coeficientes, é possível chegar a uma espécie de pontuação que demonstrará o posicionamento dos partidos pesquisados na escala direita/esquerda aqui proposta.

CP = Pontuação do partido na escala.

Além desta análise quantitativa, também será feito um esforço de análise qualitativa. Como dito na literatura internacional¹⁴, é impossível realizar uma análise isolada do contexto social, histórico, político e econômico em que o país está inserido.

Considerando que os manifestos/programas eleitorais são formulados por coalizões, o objetivo do trabalho passa por classificar os partidos que forneceram os candidatos à Presidência da República. Após o processo descrito acima, chegaremos ao índice de preferência partidária em relação às questões sociais que, por nossa determinação, demonstrará a localização do partido na escala de preferência ideológica, segundo políticas sociais, direita/esquerda.

É preciso admitir a limitação da análise contemporânea dos manifestos aos partidos que se candidataram ao executivo da República, já que os programas eleitorais para esse cargo são os que nos trarão uma abordagem de políticas universais. Admitimos também que a operacionalização da dimensão “enfoque em políticas sociais” não pretende solucionar a questão e determinar a ideologia dos partidos estudados. Pretende-se apenas instrumentalizá-la para que ela possa ser somada às outras dimensões já operacionalizadas pelos estudiosos do CMP, ao passo que ela traduz uma peculiaridade do contexto histórico, social e político do Brasil.

Esta nova operacionalização, que adapta a metodologia do CMP à variável selecionada no presente trabalho, pretende ser um forte indicador do posicionamento de PT e PSDB em uma escala ideológica. A partir desse posicionamento, surge o debate sobre o quanto a ideologia ainda é considerada fundamental aos partidos contemporâneos e o quanto o distanciamento entre preferências ideológicas pode trazer reflexão sobre os partidos brasileiros e a real institucionalização do sistema partidário no contexto do país. Pensar na fragilidade ou transformação do sistema a partir da operacionalização da variável em questão pode ser um instrumento para o melhor entendimento do cenário partidário contemporâneo.

¹⁴ Ver Volkens e Klingeman (2005); Bartolini e Mair (1990).

Capítulo 4. Análise dos programas partidários.

A análise dos documentos partidários foi realizada através de uma metodologia inspirada no CMP. A ideia de dividir os programas partidários em sentenças e analisá-los de acordo com categorias foi mantida para que fosse anulada qualquer possibilidade de reação do sujeito à operação de medida. Assim, o procedimento escolhido para a análise de dados consiste na “análise temática ou categorial” baseada no desdobramento do texto em unidades de sentenças, cuja presença possibilita a interpretação de uma mensagem direta do objeto de acordo com temáticas escolhidas. Os fragmentos podem ser palavras, termos ou frases significativas de uma mensagem (CHIZZOTTI, 2006).

4.1. Categorias de análise.

O método utilizado, correspondente à análise de discurso, esteve de acordo com a ideia de que os documentos (unidades de análise) devem ser divididos em unidades de contexto (UC) de acordo com a temática geral apresentada e que, posteriormente, serão subdivididas em unidades de registro (UR) correspondentes aos temas mais específicos.

Dessa forma, a análise das unidades realizada nesta pesquisa buscou compreender qual a relevância da Unidade de Contexto “Políticas Sociais”, através da categorização das sentenças que davam ênfase às Unidades de Registro contidas na metodologia utilizada: educação, saúde, trabalho, política salarial, lazer, habitação, e distribuição de renda. De acordo com o método CMP, temos as seguintes UC também denominadas como Domínios:

Quadro 1. Classificação por Domínios

	Unidades de Contextos e Unidades de Registro
Domínio 1	Relações Internacionais (URs: Relações especiais com países estrangeiros, Anti-imperialismo, Forças Militares, Internacionalismo, Comunidade Europeia).
Domínio 2	Liberdade e Democracia (URs: Liberdade e Direitos Humanos, Democracia, Constitucionalismo).
Domínio 3	Sistema Político (URs: Descentralização e Centralização, Eficiência Administrativa e Governamental, Corrupção Política, Política Autoritária).
Domínio 4	Economia (URs: Livre Iniciativa, Incentivos, Regulamentação do Mercado, Planejamento Econômico, Corporativismo, Protecionismo,

	Objetivos Econômicos, Demandas de Gestão Keynesiana, Produtividade, Tecnologia e Infraestrutura, Controle Econômico, Nacionalização, Ortodoxia Econômica, Análises Marxistas, Crescimento Econômico.)
Domínio 5	Welfare State e Qualidade de vida (URs: Proteção Ambiental, Cultura, Justiça Social, Estado de Bem Estar Social e Educação)
Domínio 6	Estrutura social (URs: Estilo de vida nacional, Moralismo Tradicional, Lei e Ordem, Harmonia Social, Multiculturalismo).
Domínio 7	Grupos Sociais (URs: Trabalhadores, Agricultores, Grupos demográficos, Minorias, Classe média e Profissionais Liberais.

Por conseguinte, define-se o quadro de análise da UC proposta considerando que ela se enquadra no Domínio 5 “Welfare State e Qualidade de Vida”:

UC: Políticas sociais: esquema de proteção social que incumbe ao Estado decisiva responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos. Envolve o processo de provisão social e uma expressiva atividade regulamentadora que visa à garantia de acesso do cidadão comum a benefícios e serviços de natureza pública.

Quadro 2. Classificação das Unidades de Registro.

Unidades de Registro (UR)	Crítérios de Classificação
(1) Educação	Menções às garantias de educação pública no que diz respeito à expansão de vagas para universalização do acesso em diversos níveis e melhoria de qualidade.
(2) Saúde	Menções às garantias de saúde pública de qualidade e universal.
(3) Trabalho	Menções às medidas que visam o combate ao desemprego.
(4) Política salarial e de bem estar ao trabalhador.	Menções ao incentivo e à criação de leis que garantam condições dignas de trabalho, incluindo questões de segurança, piso salarial, jornada e aposentadoria.
(5) Lazer e cultura	Menções às questões relacionadas ao lazer e incentivo ao esporte e ao acesso à prática e contemplação das diversas artes.
(6) Habitação	Menções às construções de habitações e incentivos fiscais para a aquisição de moradias.
(7) Distribuição de renda / Desigualdade Social	Menções aos programas e políticas públicas que visem à distribuição de renda e promovam a renda mínima para sanar a desigualdade e a miséria.
(8) Proteção ambiental	Menções aos programas de ênfase no crescimento com sustentabilidade ambiental. Proteção do meio ambiente e do ecossistema.

- Adequação do método ao contexto brasileiro: novas categorias.

A peculiaridade do sistema social brasileiro¹⁵ traz a necessidade de uma análise para melhor localizar algumas Unidades de Registro dentro dos domínios. Pautada em um pequeno estudo bibliográfico, arriscamos dizer que, no caso brasileiro, seria mais pertinente promover um deslocamento de algumas unidades de registro para o domínio 5. São elas: (a) segurança pública, (b) energia elétrica e (c) transporte.

Na constituição de 1988, a unidade “(a) segurança pública” também é explicitada como um direito social¹⁶ (CUNHA, 2013). Embora não contemplada no método CMP no domínio 5, estando presente no domínio 6, a questão da segurança faz parte do motor do ciclo gerador de desigualdade social, podendo ser identificada como causa e consequência de uma sociedade capitalista produtora de uma estrutura de oportunidades desiguais. A violência aparece, então, como expressão de uma sociedade que não vislumbra outro tipo de alternativa de sobrevivência e recorre à criminalidade como instrumento de ascensão social. Sobretudo, pode-se dizer que é responsabilidade estatal não só garantir os recursos para que a alarmante desigualdade social não gere violência, como também passa a ser direito social a proteção contra essa violência gerada pela própria incapacidade do Estado de não produzi-la através da debilidade dos demais direitos sociais.

Poucos problemas sociais mobilizam tanto a opinião pública como a criminalidade e a violência. Não é para menos. Este é um daqueles problemas que afeta toda a população, independentemente de classe, raça, credo religioso, sexo ou estado civil (BEATO, 1999, p. 13).

Nesses termos, podemos considerar que as políticas públicas formadas através de uma consciência governamental que se autoconcebe como geradora de violência e procura sanar os danos causados pela criminalidade são, de fato, políticas que fazem parte dos direitos sociais e sua perspectiva de, não só afastamento da pobreza, mas também de inclusão social no modo de viver com dignidade. Não nos compete aqui problematizar a violência estatal enquanto potencializadora das desigualdades impostas

¹⁵ Desde que a Constituição foi promulgada, em 1988, os congressistas já promoveram duas modificações no artigo que trata sobre os direitos sociais. Em 2000, foi aprovada emenda que acrescentou a moradia à lista de direitos sociais. Uma década depois, outra emenda declarou que a alimentação também é um direito fundamental dos cidadãos brasileiros. Em dezembro de 2013 o congresso aprovou a PEC 090-A/2011 que busca incluir o transporte público entre os direitos sociais.

¹⁶ A autora trabalha o argumento do novo paradigma da segurança pública como direito social sob o viés de segurança cidadã.

pelo capitalismo, mas tratar sim tratar a violência embutida na segurança pública como um dever do Estado e direito do cidadão.

Dessa forma, os critérios de classificação envolvidos para categorizar as sentenças como parte da unidade de contexto “segurança pública” serão: menções aos investimentos em formação da polícia militar e exército no sentido de elucidar o papel de proteção dos civis; menções aos investimentos em equipamentos de segurança em vias urbanas e rurais; menções à criação de órgãos especializados na prevenção e no tratamento da violência; menções aos investimentos e ao aperfeiçoamento do sistema penitenciário.

A inclusão no domínio 5 da unidade (b) - energia elétrica – presente no domínio 4, está embasada na problemática da dificuldade de acesso ao serviço citado presente no contexto do recorte analisado. Em 2001, dentre os brasileiros, 53 milhões viviam abaixo da linha da pobreza, e destes, 22 milhões, em condições de miséria. Compondo esta população de excluídos, havia cerca de 13 milhões de pessoas residindo em domicílios sem acesso à energia elétrica¹⁷. Considerando que a desigualdade social pode ser superada através do leque de possibilidades produtivas e de condições mínimas e dignas de sobrevivência, é possível classificar a energia elétrica como geradora de condições de trabalho e conforto, ou seja, como um instrumento social imprescindível para a superação da desigualdade. Dessa forma, podemos definir as políticas públicas que planejam, interferem e possibilitam o acesso a esse serviço, como fundamentais e pertencentes ao cerne das políticas sociais. (SAUER, 2002).

Sendo assim, os critérios de classificação envolvidos para categorizar as sentenças como parte da unidade de análise “energia elétrica” serão: menções aos investimentos no setor elétrico; menções aos órgãos de regulamentação e fiscalização da atividade de proteção e comercialização de energia elétrica; menções aos planejamentos referentes à hidroeletricidade, petróleo e gás natural, carvão, geração nuclear e fontes alternativas (eólica, solar e biomassa); menções ao planejamento e resolução de problemas em relação à eficiência energética.

Pertencente também ao setor dos serviços e ao domínio 4, a unidade (c) – transporte – desponta como um serviço essencial em relação às condições básicas de sobrevivência e, por isso, nos parece relevante deslocá-la para o domínio 5. Na

¹⁷ Dados do Censo e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001.

dinâmica capitalista do sistema urbano brasileiro, em que os grandes centros urbanos muitas vezes sofrem com a falta de planejamento de mobilidade, é preciso salientar o papel do estado em relação à garantia de um transporte público de qualidade. São milhões de trabalhadores obrigados a se deslocar por grandes distâncias diariamente, o mesmo acontece com estudantes de baixa renda e aposentados. A questão da mobilidade urbana, inclusive, fez parte de um movimento social responsável por impulsionar diversas manifestações pelo Brasil, no ano de 2013, em torno da busca por um transporte gratuito e de qualidade. O grupo “Movimento Passe Livre”, conhecido como MPL foi um dos líderes do movimento de manifestações de junho que levou milhares de pessoas às ruas de diversas cidades do país. Em São Paulo, cidade de origem, o movimento chegou a levar mais de 75 mil pessoas às ruas que requisitavam, entre outras demandas sociais, a suspensão do aumento de R\$0,20 na passagem de ônibus e metrô e, para além, uma legislação que tornasse o transporte público gratuito e, assim, livre (Singer, 2013). Diante desse contexto, o serviço notadamente público, nos parece cumprir função social vital, uma vez que o maior ou menor acesso aos meios de transporte pode tornar-se determinante à própria emancipação social e ao bem-estar daqueles segmentos que não possuem meios próprios de locomoção.

Os critérios de classificação envolvidos para categorizar as sentenças como parte da unidade de contexto “transporte” serão: menções ao planejamento urbano em relação à mobilidade; menções às melhorias quantitativas e qualitativas no oferecimento do serviço; menções aos órgãos responsáveis pela fiscalização e intermediação entre empresas privadas e iniciativas estatais; menções ao planejamento e democratização de acesso aos diversos meios: menções à gestão e legislação do trânsito; construção e manutenção de ferrovias, hidrovias, rodovias e aeroportos.

4.2. Análise dos programas partidários

O presente trabalho consiste em um exercício de adequação de uma metodologia em busca do mesmo fim para o qual ela foi desenvolvida. Como já exposto na introdução, diante do leque de possibilidades de análise de sistemas partidários e suas particularidades, nosso objetivo é instrumentalizar parte de uma metodologia já

reconhecida internacionalmente para analisar os dados e as peculiaridades que os documentos partidários podem nos oferecer.

O objetivo foi analisar quais eram as temáticas de políticas públicas tratadas como prioridades de cada partido. Nossa hipótese consiste na seguinte ideia: no período supracitado, a temática da política social foi o eixo do debate partidário brasileiro e os programas de governo demonstram a ênfase nesse tipo de política.

Primeiramente, o exercício realizado consistiu em categorizar as sentenças de acordo com as modificações propostas, ou seja, com o deslocamento de algumas unidades de análise para o domínio 5, propositalmente de acordo com a ideia de adequar a metodologia ao caso brasileiro. Em um exercício posterior, a análise foi realizada sem tal adequação e continuou nos moldes explicitados pelo CMP.

4.2.1. As eleições de 2002. PT e PSDB: oposição e situação em disputa por um novo governo.

No contexto das eleições executivas em nível federal, disputadas em outubro de 2002, PT e PSDB figuravam como opositores diretos, embora também houvesse candidaturas do PSB, PPS, PSTU e PCO. Após oito anos no governo federal, o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, representante do PSDB, apresentava como sucessor o candidato José Serra, pertencente à coligação “Grande Aliança” formada por membros do PMDB. Em oposição, o PT lançava pela terceira vez consecutiva a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, como parte da coligação “Lula Presidente” formada pelos partidos PL, PV, PCdoB, PMN e PCB.

De acordo com o resgate de notícias vinculadas na imprensa¹⁸ sobre a eleição, durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), uma grave crise econômica acometeu o Brasil. Iniciando-se logo após as eleições de 1998 como uma crise cambial, ela resultou em queda na taxa de crescimento, desemprego e aumento da dívida pública. Numa conjuntura de desconfiança e incerteza para investimentos, muitos investidores temiam as medidas a serem tomadas por um candidato de esquerda, caso este viesse a ganhar a eleição. De fato, aconteceu de Lula (PT) ascender nas pesquisas de intenção de voto e o chamado risco Brasil, índice que

¹⁸ Fonte: Folha de S. Paulo online: dossiê Eleições 2002.

mede a confiança dos investidores no país, subir. Foi adotado então por alguns economistas e comentaristas políticos o termo pejorativo "risco Lula", indicando que se este candidato viesse a ganhar a eleição, a economia do país poderia falir. Lula viu-se obrigado a assinar um texto, que ficou conhecido como “Carta ao Povo Brasileiro”, prometendo que, caso ganhasse a disputa, não tomaria medidas que representassem grandes mudanças na política econômica brasileira, o que decepcionou setores da esquerda brasileira, mas foi essencial para conquistar a confiança de uma grande parcela do eleitorado receosa pelo mercado financeiro.

Além da “Carta ao Povo Brasileiro”, o PT também lançou um programa de governo oficial para divulgar e esclarecer diversos pontos sobre a candidatura de Lula¹⁹. Embora assinado pela coligação, o programa foi desenvolvido por uma comissão de petistas coordenada por Antônio Palocci Filho e Celso Daniel²⁰. O programa é, portanto, criação legítima do PT, seu processo de criação apenas foi aprovado pelos demais partidos da coligação. Sendo assim, podemos considerar que é um legítimo expoente das preferências ideológicas do partido.

4.2.2. Programa de governo do PT para as eleições de 2002: Categorização e Análise.

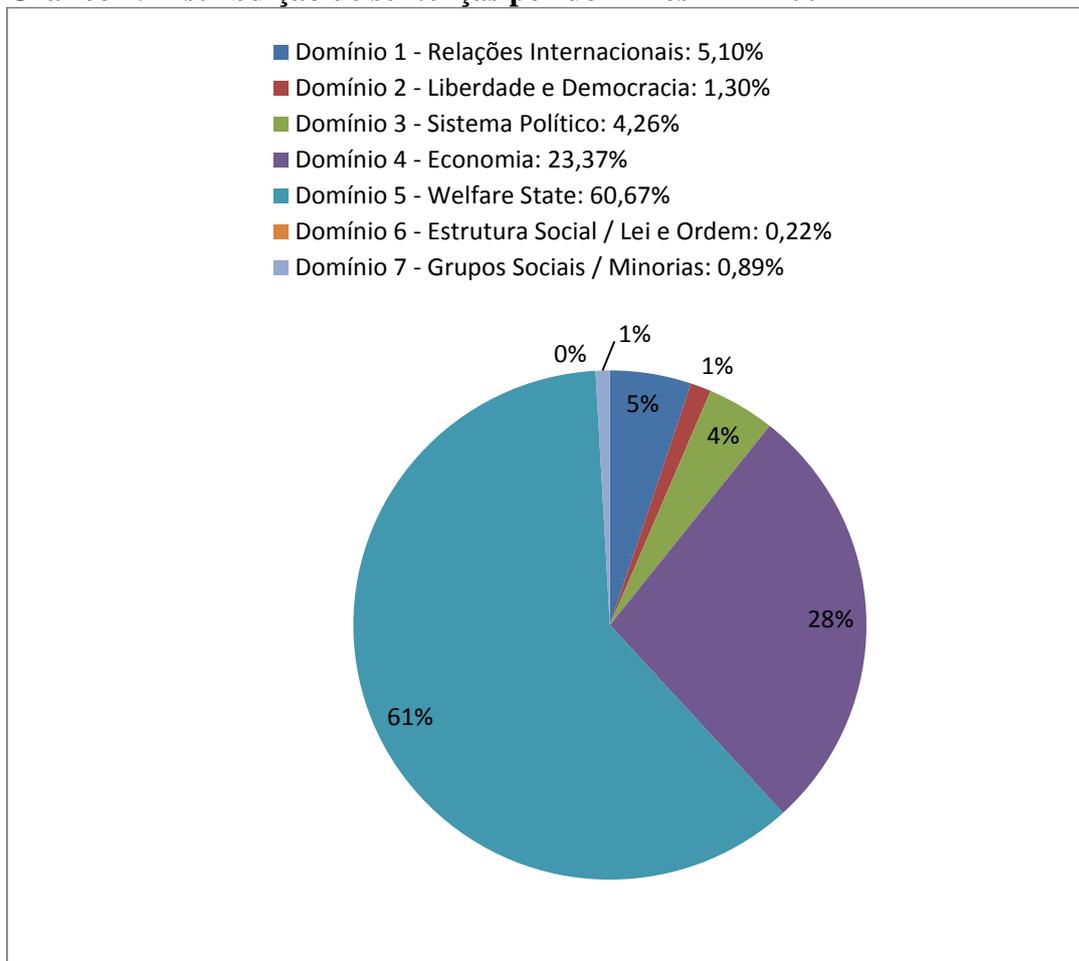
O programa de governo do PT para as eleições de 2002 é composto por 73 páginas subdivididas em quatro seções: Crescimento, Emprego e Inclusão; Desenvolvimento, Distribuição de Renda e Estabilidade; Inclusão Social; Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável. A presente análise realizou o exercício de dividir o programa em 445 sentenças. A divisão foi feita através da metodologia que define sentenças como partes do texto que expressam uma ideia completa, sendo ou não dividida em frases.

¹⁹ O programa foi veiculado pela grande mídia, distribuído durante a campanha e esteve acessível nos sites: www.lula.org.br, www.pt.org.br, www.liderancadopt.org.br, www.fabramo.org.br.

²⁰ A comissão do programa de governo foi composta pelos seguintes membros: Aloízio Mercadante, Gilney Viana, Jorge Bittar, Luiz Dulci, Luíz Marinho, Marcel Frison, Marcelino Pies, Marcelo Déda, Márcio Meira, Marco Aurélio Garcia, Maria da Conceição Tavares, Maria Victória Benevides (Ouvidora), Marina Silva, Marta Suplicy, Matilde Ribeiro, Miguel Rossetto, Nelson Pelegrino, Oded Grajew, Patrus Ananias, Ronald Rocha, Tania Bacelar, Tarso Genro.

De acordo com a divisão de domínios expressa pela metodologia do CMP, o programa do PT conta com as seguintes abordagens:

Gráfico 1. Distribuição de sentenças por domínios – PT 2002

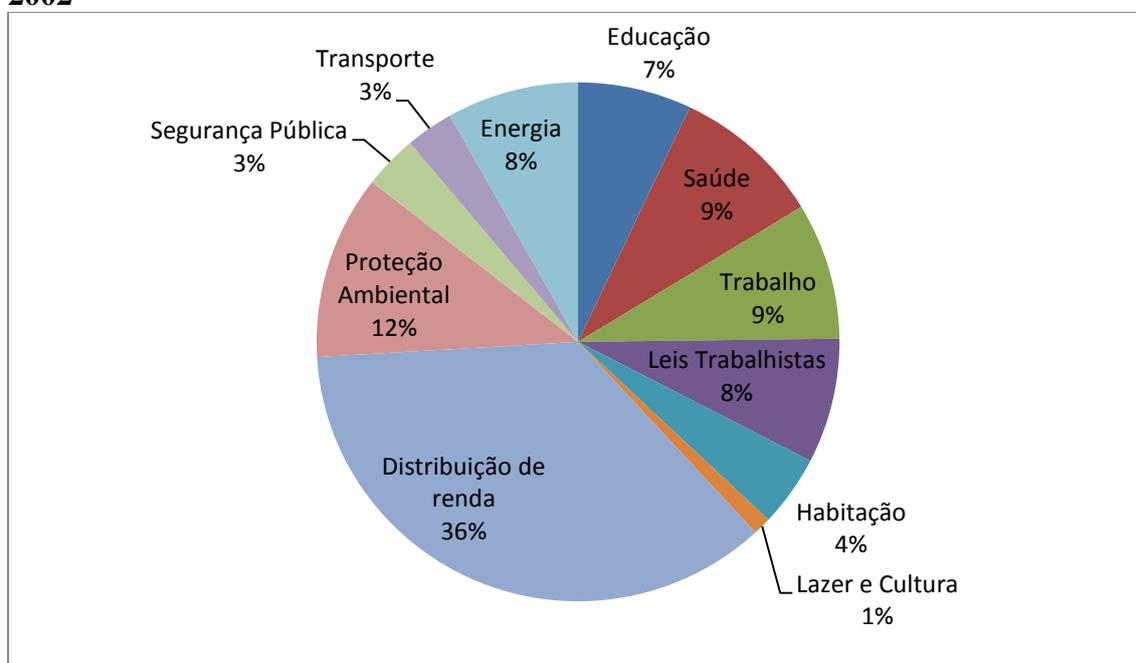


Diante da distribuição de sentenças levando em conta a porcentagem em cada domínio, é possível perceber que o domínio 5 “Welfare State”, que inclui a unidade de contexto “política social”, foi realmente o foco do programa de governo petista. A prioridade mostra-se dividida com o domínio 4 “Economia”, fato que nos permite embasar a hipótese de que a candidatura Lula pretendia realizar um debate que incluísse a questão social e a distribuição de renda sem amedrontar o mercado. Como salientado já neste capítulo, a preocupação da campanha girava em torno de demonstrar que o partido não seria ameaça ao desenvolvimento econômico numa perspectiva liberal, mesmo que desse ênfase à intervenção do Estado na distribuição de renda. Desta forma,

o programa de governo é coerente com a “Carta ao Povo Brasileiro” ao difundir a ideia de um desenvolvimento com inclusão social e erradicação da miséria.

No entanto, como definido anteriormente, a categorização de sentenças para o Domínio 5 “Welfare State”, o qual consideramos adequado à categoria “ênfase em políticas sociais” apresentada como eixo da discussão do presente trabalho, foi alterada. Durante a análise as peculiaridades do sistema social brasileiro saltaram aos olhos. Fato que exigiu a inclusão de outras unidades de análise nesta unidade de contexto. Para efeito de exploração dos dados, segue a subdivisão das unidades de análise dentro do domínio 5.

Gráfico 2. Distribuição de sentenças por unidades de análise – Domínio 5 – PT 2002



O gráfico 2 permite a observação das unidades de análise em relação à prioridade do partido em suas especificidades. É possível perceber como o combate à desigualdade social toma grande proporção na unidade de análise “Distribuição de Renda” com dedicação de 36% do domínio de “Ênfase em políticas sociais”.

Ao observarmos o documento em questão através da metodologia de análise de discurso mais qualitativa, podemos perceber que o programa de governo petista busca transparecer um diferencial de preferência ideológica justamente pelas propostas

dedicadas aos programas de políticas públicas voltadas para a distribuição de renda. Segundo o partido, a inovação em relação aos oito anos de governo do PSDB dar-se-ia pelo investimento nas políticas sociais:

Para mudar o rumo do Brasil (...) Na busca de um novo contrato, a mobilização física e os grandes acordos nacionais devem incluir e beneficiar os setores historicamente marginalizados e sem voz na sociedade brasileira. Só assim será possível garantir, de fato, a extensão da cidadania a todos os brasileiros. É indispensável, por isso, promover um gigantesco esforço de desprivatização do Estado, colocando-o a serviço do conjunto dos cidadãos, em especial dos setores socialmente marginalizados. (PROGRAMA DE GOVERNO – PT, 2002 – pg. 2)

Dessa forma, o PT propõe uma nova dinâmica econômica e social, ao passo que salienta a importância de um desenvolvimento pautado não só na questão do emprego, mas também no combate à fome e à miséria do trabalhador com baixo rendimento ou até mesmo sem rendimento.

A implementação de políticas estruturais para erradicar a miséria requer muitos anos para gerar frutos consistentes. Mas a fome não espera e segue matando a cada dia, produzindo desagregação social e familiar, doenças, desespero e violências crescentes. Para combater a fome, não podemos nos limitar às doações, bolsas e caridade. É possível erradicar a fome por meio de ações integradas que aliviem as condições de miséria. Articuladas com uma política econômica que garanta uma expansão do Produto Interno Bruto de, pelo menos, 4% ao ano, esse objetivo pode ser conseguido em até uma geração. Os instrumentos que colocaremos em ação permitirão promover o desenvolvimento, gerar emprego e distribuir renda. O combate à fome se integra, assim, à concepção de um novo tipo de desenvolvimento econômico. (PROGRAMA DE GOVERNO – PT, 2002 – Pg. 43).

Como sugestão de política social de inovação, o PT propõe o Projeto Fome Zero que, segundo a campanha, seria um avanço nos poucos programas sociais criados nos últimos governos federais comandados pelo PSDB. No programa, o partido apresentou um projeto que incluía iniciativas políticas de apoio efetivo à agricultura familiar; o direito à Previdência Social para todos os trabalhadores familiares, da economia rural ou da economia informal urbana; o direito à complementação de renda para que todas as

crianças das famílias pobres possam ter formação educacional adequada; a ampliação da merenda escolar; apoio às iniciativas de restaurantes populares, bancos de alimentos, incentivo à agricultura familiar e ao autoconsumo alimentar; fornecimento do “cartão de alimentação” para as famílias muito pobres, possibilitando-lhes comprar os alimentos de que necessitam.

O segundo domínio mais trabalhado pelo PT em seu programa de governo foi o domínio 4 “Economia”. Trata-se de um esforço do partido em elucidar o argumento de que suas políticas sociais não afetariam a economia, o mercado e o comércio, mas agiriam de forma contrária. Com o eixo do desenvolvimento do capital atrelado ao crescimento social, o partido deixa claro que suas políticas de esquerda não buscarão o extremo socialista, mas sim um desenvolvimento econômico dentro do sistema de uma social democracia capitalista que promova a igualdade social. Através de uma crítica ao modelo econômico classificado como neoliberal do governo do PSDB, o partido explicita quais são suas metas e propostas:

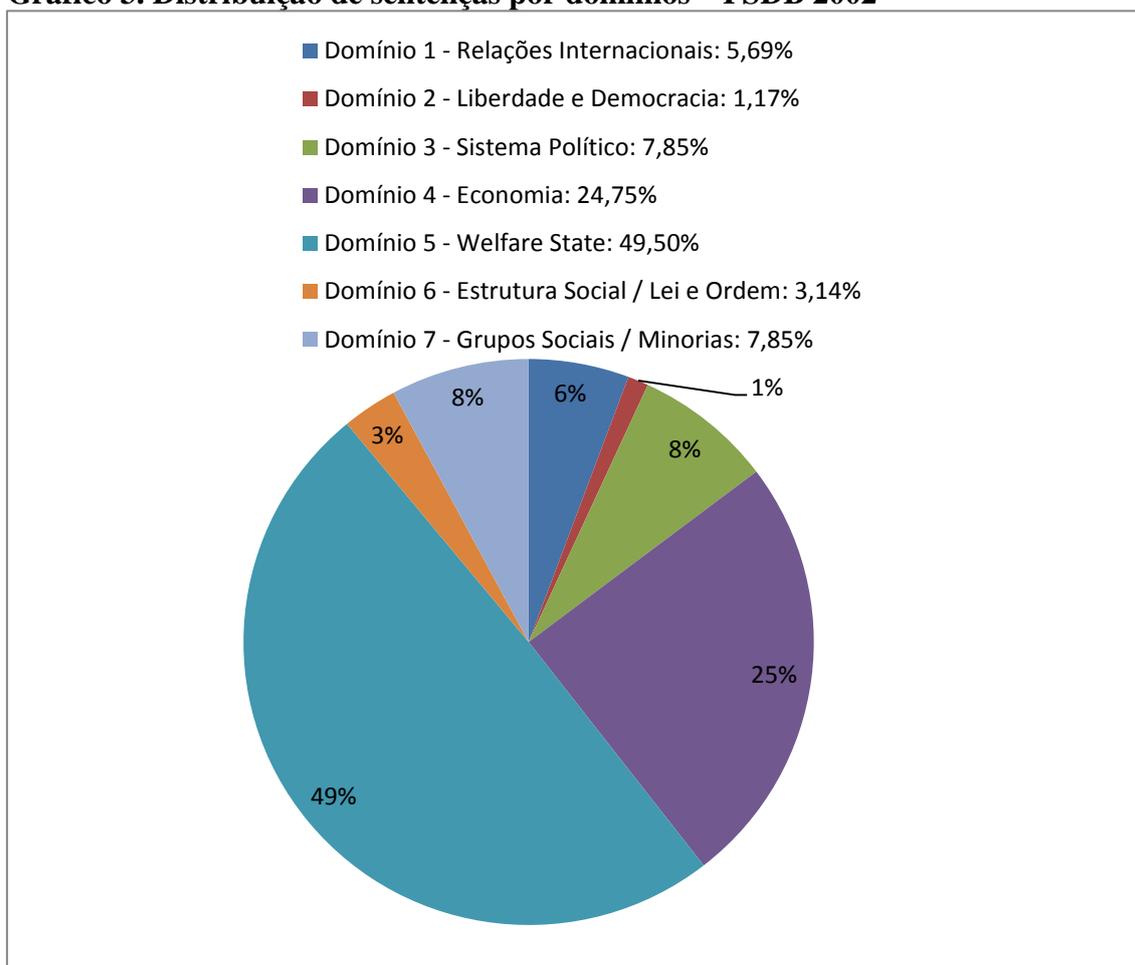
A atuação essencial do nosso governo será, portanto, a busca incessante da retomada do crescimento econômico como meio privilegiado para a geração de empregos e a distribuição de renda. Esse será o instrumento essencial para a superação do círculo vicioso entre déficit externo. Juros elevados, instabilidade cambial e aumento da dívida pública, criado pelo atual governo. Exatamente por isso, o esforço pelo crescimento será estruturado simultaneamente a uma criteriosa e responsável transição entre o que temos hoje e o que a sociedade brasileira reivindica. Mesmo porque o agravamento da vulnerabilidade de nossa economia não se originará na mudança do atual modelo econômico, mas sim da sua continuidade. (PROGRAMA DE GOVERNO – PT, 2002 – Pg. 38).

Os outros cinco domínios aparecem de maneira mais concisa, fato que possibilita a afirmação de que a hipótese da centralidade do eixo da política social proposta no presente trabalho, ao menos no programa de governo petista, pode estar correta.

4.2.3. Programa de governo do PSDB para as eleições de 2002: Categorização e Análise.

O programa de governo do PSDB para as eleições de 2002 é assinado pela “Coligação Nova Aliança – PSDB/PMDB” e não traz em seu corpo os nomes dos membros da comissão responsável por sua elaboração. Formado por 74 páginas, o programa é subdividido em dez seções: oportunidade de trabalho, o grande desafio; acelerar o crescimento com estabilidade; ofensiva contra o crime; igualdade de oportunidades; unindo o Brasil pelo desenvolvimento; um só país de muitas faces; o governo ao lado dos cidadãos; fronteiras protegidas; paz, cooperação e comércio; um projeto chamado Brasil. O gráfico 3 apresenta a divisão em 473 sentenças e a categorização entre os sete domínios da metodologia CMP:

Gráfico 3. Distribuição de sentenças por domínios – PSDB 2002

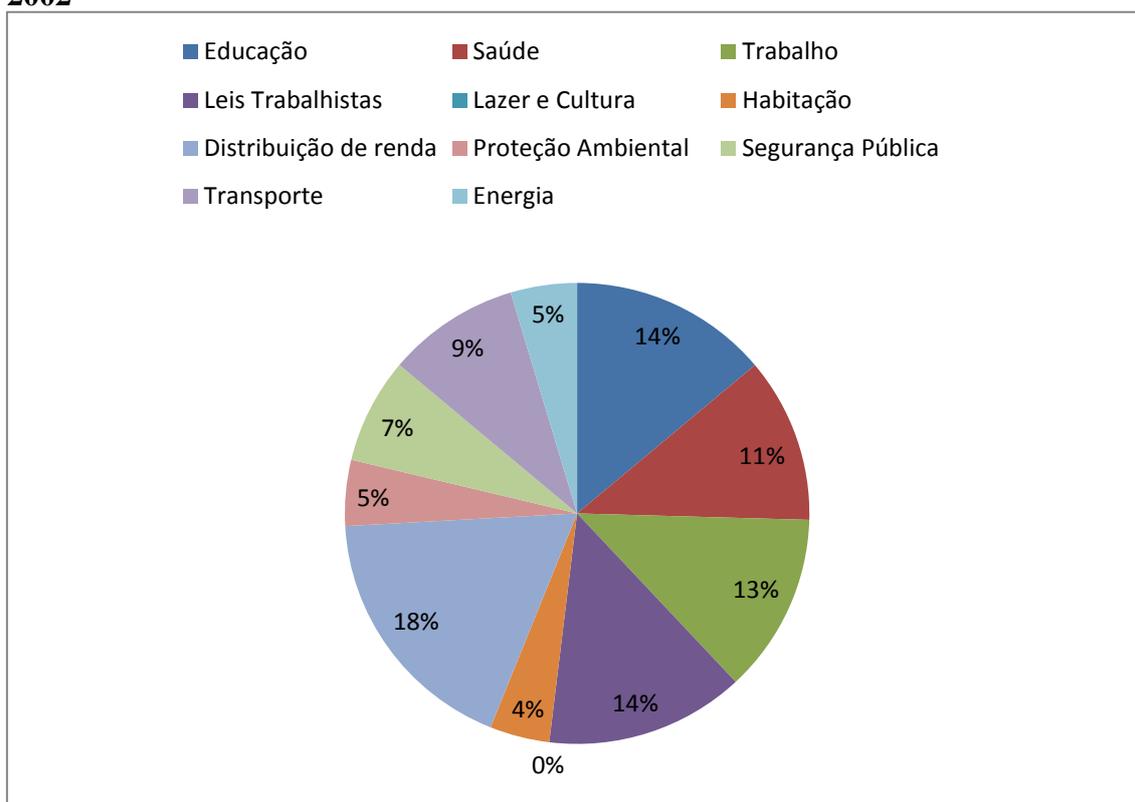


O gráfico 3 nos permite afirmar que o PSDB também apresenta a “ênfase em políticas sociais” como prioridade em seu programa de governo. Em um contexto de tentativa de sucessão já de terceiro mandato, o partido enfrenta menos desafios em relação à apresentação de suas políticas, pois enquanto mantenedor da máquina há oito anos, já criou uma imagem sólida de ação política perante o eleitorado. Ou seja, o PSDB não passa pela problemática da surpresa, não há muitas dúvidas para o eleitorado de quais seriam as preferências do governo. Protagonista de várias políticas públicas econômicas de sucesso, o partido agora foca sua campanha eleitoral na transformação social do país. Os demais domínios aparecem com distribuição bem parecida, variando entre 1% e 8%, apenas o domínio referente à “economia” é que alcança o índice de 18%.

Podemos, então, afirmar de forma enfática que o eixo das eleições em 2002 se deu em torno das problemáticas do cerne da desigualdade social tanto para o PT, quanto para o PSDB. Os dois partidos apresentaram programas parecidos, porém dessemelhantes nas abordagens e particularidades. Abordaremos esse debate nas próximas sessões.

Para efeito de análise, o gráfico 4 apresenta a distribuição das unidades de análise na unidade de contexto 5 em relação às políticas sociais:

Gráfico 4. Distribuição de sentenças por unidades de análise – Domínio 5 – PSDB 2002



A subdivisão nas unidades de análise configurada no gráfico 4 apresenta uma distribuição mais igualitária entre as temáticas das unidades. Percebe-se que o PSDB não priorizou apenas uma política social. O programa apresentou as diversas políticas de maneira a se pensar que todas possuíam igual importância. A unidade de análise das políticas de distribuição de renda se destacou com 18% das sentenças do programa, no entanto, essa porcentagem não vai muito além da porcentagem das demais unidades de análise.

Uma análise mais qualitativa pode nos mostrar pontos interessantes. Por ser um programa que propõe continuidade de um partido no poder, muitas sentenças apresentam elogios aos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, além de apontar os problemas que acabaram por limitar uma quantidade maior de políticas públicas de impacto no governo anterior:

O presidente Fernando Henrique Cardoso cumpriu um ciclo. Consolidou a democracia, estabilizou a moeda, começou a implantar uma política social moderna. O novo ciclo que se abrirá com José Serra

na Presidência vai completar as mudanças econômicas, acelerando o crescimento e avançar nas mudanças sociais que as pessoas reivindicam e merecem. O sentido geral dessas mudanças foi resumido assim pelo candidato e futuro presidente [José Serra]: “O que o Plano Real fez pela economia, nosso Plano Social vai fazer pelas pessoas”. (PROGRAMA DE GOVERNO, PSDB, 2002 – Pg. 3)

Embora o partido também dê enfoque às políticas sociais, a abordagem em alguns momentos é bastante diferente da abordagem petista. Ao salientar a questão do combate à fome, o partido demonstra ter um caminho diferente para combater a pobreza:

É um equívoco comum enfatizar um suposto dilema entre o mercado externo e interno. Segundo essa visão, seria necessário primeiro resolver o problema da fome no Brasil para depois exportar. No entanto, quando o país exporta, gera renda e emprego e atenua o gargalo das contas externas, tornando possível combater a pobreza e a fome sem o artificialismo de medidas insustentáveis ou paternalistas. A fome e a pobreza se combatem principalmente com o aumento da renda real das pessoas. (PROGRAMA DE GOVERNO, PSDB, 2002. Pg. 21).

Sendo assim, o partido reconhece que, enquanto governo, fará forças para “ajudar a quem se ajuda” (PROGRAMA DE GOVERNO - PSDB, 2002), tornando o indivíduo o produtor da própria ajuda, inserindo-o em um discurso que foge às políticas assistencialistas, garantindo a continuidade dos programas federais de transferência de renda: bolsa alimentação para crianças de 0 a 6 anos; Bolsa-Escola, para crianças de 6 a 14 anos; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Agente jovem, para adolescentes em situação de risco; Abono Salarial para trabalhadores que ganham até dois salários mínimos; Seguro-Desemprego e Bolsa Qualificação para trabalhadores desempregados; Benefício Mensal de Assistência Social para idosos e portadores de deficiência; Renda Mensal Vitalícia, também para idosos; Seguro Safra, para trabalhadores atingidos pela seca; Auxílio-Gás para famílias pobres; Aposentadoria Rural.

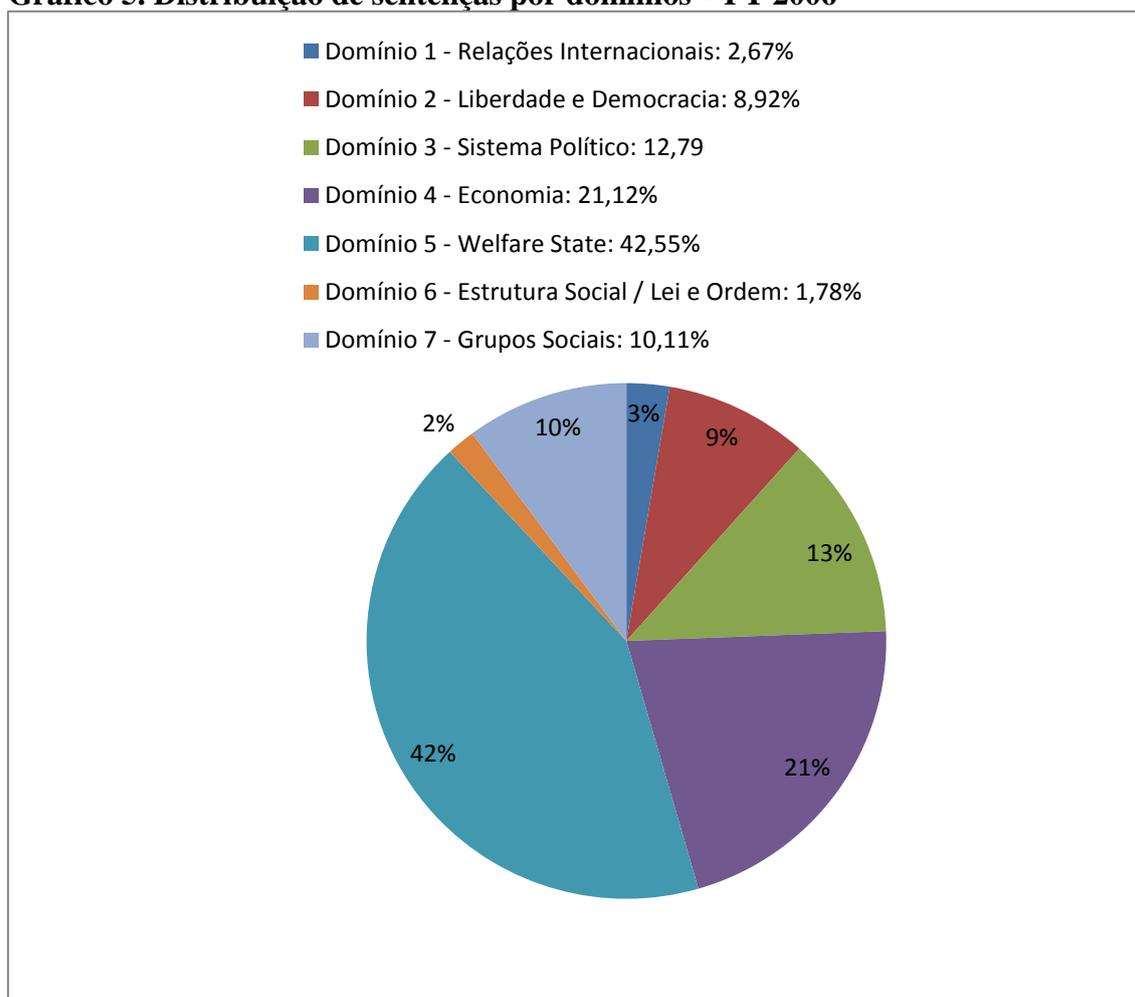
A partir de uma análise mais completa, pode-se então afirmar que o PSDB apresenta para as eleições de 2002 um programa eleitoral pautado na continuidade das ações dos últimos dois governos com poucas alterações. A promessa de melhorar o que,

devido às contingências econômicas mundiais, não foi possível melhorar nos mandatos passados, permeia o programa, inclusive em relação às questões sociais.

4.2.4. Programa de governo do PT para as eleições de 2006: Categorização e Análise.

A elaboração do programa de governo do PT foi coordenada por Marco Aurélio Garcia²¹. O programa é constituído por 30 páginas distribuídas em quatro divisões temáticas: O Enfrentamento do Atraso; A Construção do Futuro; Compromissos com o Povo Brasileiro para continuar mudando; Brasil Produtivo. A presente análise, de acordo com o método CMP, subdividiu o texto em 300 sentenças. A porcentagem de sentenças correspondente a cada domínio foi a seguinte:

Gráfico 5. Distribuição de sentenças por domínios – PT 2006



²¹ A comissão de programa de governo conta com os seguintes membros: Dilermando Toni, Glauber Piva, Juarez Guimarães, Miriam Belchior, Renato Rabello e Valter Pomar.

O gráfico 5 nos permite concluir que o PT continua priorizando as questões sociais, visto que a dimensão “ênfase em políticas sociais” caracterizada no domínio 5 atinge 42% das sentenças do programa.

É preciso salientar que os partidos trocam de posição na campanha eleitoral de 2006. Ao vencer as eleições em 2002, o PT busca a reeleição e a reafirmação de um projeto de governo, enquanto o PSDB torna-se oposição. Partindo desse pressuposto, pode-se entender que a mesma linha de pensamento que guiou o programa de governo em 2002 estendeu-se ao programa de 2006 com apenas algumas reformulações. É possível perceber que o domínio 3 “sistema político” ganha mais relevância do que no programa de 2002. Isso porque o assunto da corrupção passará a ser pauta da opinião pública em decorrência de um escândalo político de um suposto caso de corrupção protagonizado por algumas lideranças do PT. A análise e o debate acerca desse escândalo e de suas consequências estarão presentes nas considerações finais deste trabalho. Por agora, alguns excertos podem demonstrar como esse assunto foi abordado no programa:

Como sempre ocorreu em nossa história, grupos que há séculos dominam este país – e controlaram até bem pouco tempo o Governo central – desencadearam ofensiva sem precedentes para preservar privilégios e voltar às posições perdidas. Carente de coragem para expor seu verdadeiro programa, a oposição neoliberal tenta construir um programa com ênfase na “ética”, no “crescimento” ou no “choque de gestão”. Falta-lhe, no entanto, autoridade moral e credibilidade política para dar consistência a esse discurso. (PROGRAMA DE GOVERNO – PT, 2006. Pg. 7)

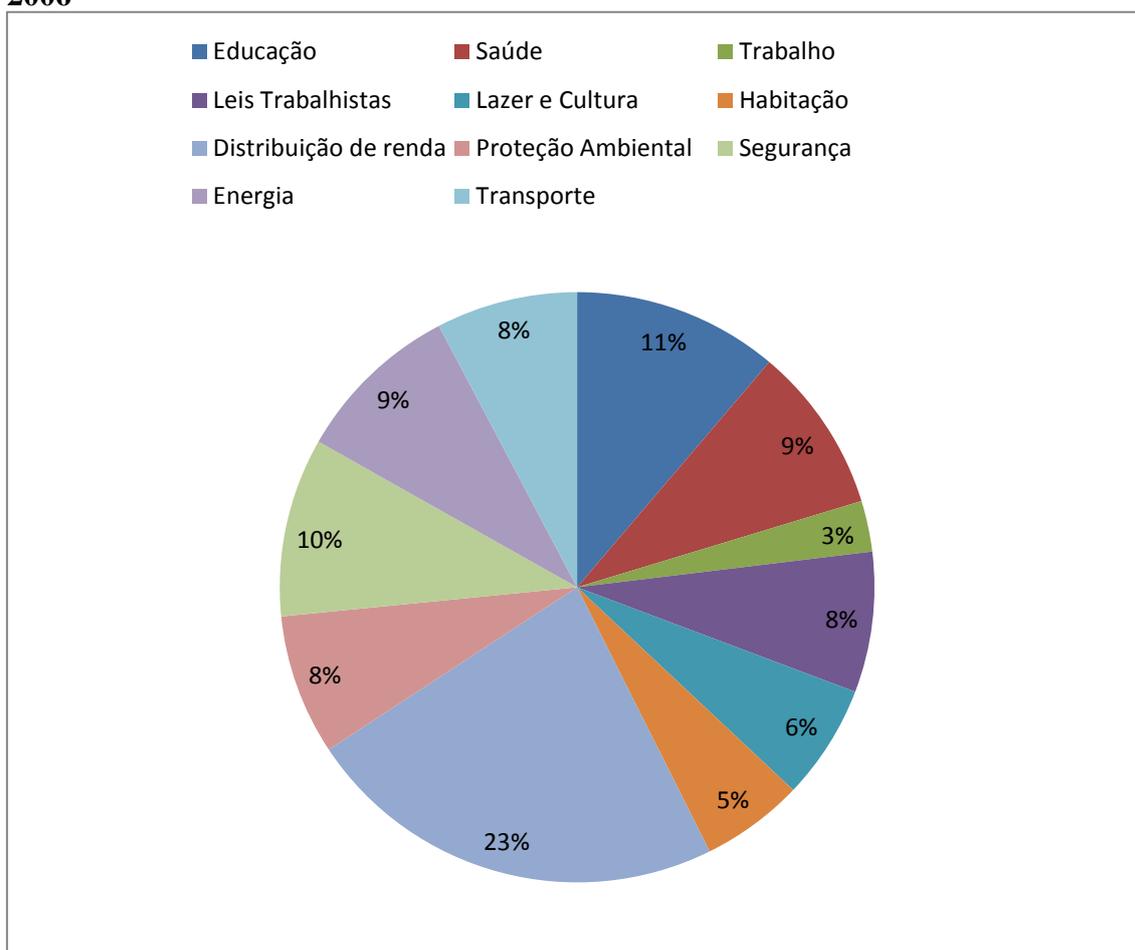
Na sequência do discurso, o programa enumera supostos casos de corrupção atribuídos ao PSDB, por exemplo, a “privataria” que teria entregado grande parte das empresas estatais em processos marcados por graves denúncias de irregularidades, além de afirmar que diversas Comissões Parlamentares de Inquérito deveriam ter sido criadas para a investigação destes casos. Além de críticas à questão da ética, o programa também relembra os problemas sociais e econômicos existentes durante o governo FHC, afirmando que teriam sido superados no período de governo petista.

Dessa forma, um dos centros do debate do programa petista combina um discurso de exaltação das conquistas do governo que se iniciou em 2002, com críticas às tentativas de desqualificações destas ações pela oposição. Em suma, o PT afirma que

As eleições de outubro de 2006 serão um confronto entre passado e futuro. De um lado, o bloco conservador que governou o Brasil na década de noventa e nos primeiros anos deste século. De outro, as forças progressistas comprometidas com um projeto nacional de desenvolvimento popular, democrático e soberano que passaram a governar o Brasil desde janeiro de 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República. (PROGRAMA DE GOVERNO – PT, 2006. Pg. 7).

O outro centro do debate continua sendo a questão das políticas sociais. O programa de governo salienta a transformação social que realizou no país através de seus programas de distribuição de renda e combate à miséria. A expansão do programa Bolsa Escola, criado pelo governo FHC, e sua incorporação em um programa amplo de política social denominado “Fome Zero”, em que, atrelado ao programa Bolsa Família, fez parte de uma revolução econômica e social no país. O próximo gráfico demonstra a distribuição de sentenças nas unidades de análises correspondentes ao “domínio 5” do método CMP em que está especificada a ênfase em políticas sociais.

Gráfico 6. Distribuição de sentenças por unidades de análise – Domínio 5 – PT 2006



O gráfico demonstra que, apesar do percentual superior na questão da distribuição de renda, o programa de governo petista de 2006 foi praticamente dividido de maneira igual entre as temáticas. Partindo do pressuposto de que o eleitor já conhecia sua forma de governo, o partido ressaltou as políticas já existentes e apresentou as propostas de continuação e inovação em algumas áreas. De maneira breve e enfática, apenas em 30 páginas, o programa expôs os desafios para o novo mandato e criticou a oposição.

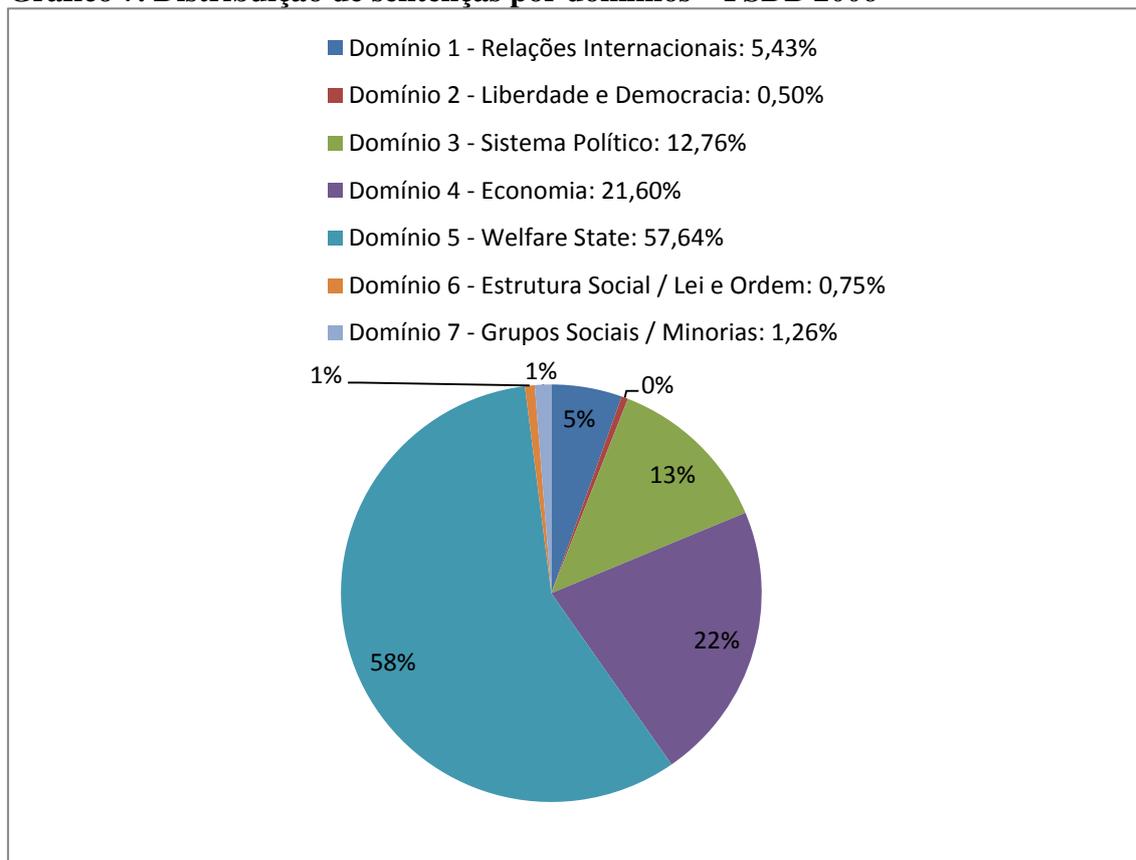
4.2.5. Programa de governo do PSDB para as eleições de 2006: Categorização e Análise.

O corpo do programa do PSDB de 2006 também não apresenta os nomes dos membros da comissão de elaboração. Apenas consta a assinatura da “Coligação por um

Brasil decente – PSDB/PFL”. Posicionado no cenário eleitoral de 2006 como oposição ao governo da época, o PSDB lança um programa de governo com 170 páginas subdivididas pelas seguintes temáticas: Estratégica do Desenvolvimento; Direitos Humanos e Justiça; Política Econômica; Educação; Saúde; Política Social; Cultura; Esporte e Lazer; Trabalho e Emprego; Previdência Social; Micro, Pequenas e Médias Empresas; Turismo; Meio Ambiente; Agricultura Familiar; Agronegócio; Reforma Agrária; Saneamento Básico; Habitação; Transporte e Logística; Transporte Coletivo Urbano; Política Energética; Novo Nordeste; Novo Norte; Ciência e Tecnologia; Inovação Tecnológica; Tecnologia, Informação e Comunicação; Política Externa; Comércio Exterior; Segurança Pública; Defesa Nacional; Gestão Pública; Combate à Corrupção; Propostas.

A presente análise dividiu o programa em 735 sentenças. Entre os quatro programas analisados, trata-se do mais extenso e com maior densidade. A divisão entre os domínios da metodologia CMP ficou da seguinte forma:

Gráfico 7. Distribuição de sentenças por domínios – PSDB 2006



O gráfico 7 nos mostra que o PSDB dedicou seu programa de governo a três domínios. A porcentagem de 62% para o domínio 5 – Welfare State, confirma nossa hipótese de que a “ênfase em políticas sociais” foi o tema chave para o debate eleitoral em 2006. Com porcentagens menores, mas também de relevância, os domínios 4 e 3, “Economia” (16%) e “Sistema Político” (14%) demonstram a preocupação em salientar o desenvolvimento econômico no legado deixado pelo partido ao governo Lula, as falhas de descontinuação do governo petista e uma crítica ferrenha ao sistema político em relação à temática da corrupção. Os demais domínios são desenvolvidos brevemente. As 170 páginas do programa são usadas para discutir as falhas do governo petistas e expor as propostas de mudanças e retomada do estilo peessedebista estilo PSDBista de governar.

Essa retomada estaria pautada em um novo desafio denominado por “estratégica do desenvolvimento”:

O Brasil venceu duas batalhas decisivas na década passada – a da consolidação da democracia e a da estabilidade econômica. O grande desafio que temos pela frente hoje é o do desenvolvimento. Nos últimos quase quatro anos, não só aumentou a distância que nos separa dos países altamente desenvolvidos, como estamos crescendo menos do que quase todas as nações em desenvolvimento. E o que é pior, muito menos do que poderíamos e precisaríamos para dar empregos e oportunidades aos nossos filhos. (PROGRAMA DE GOVERNO – PSDB, 2006. Pg. 7).

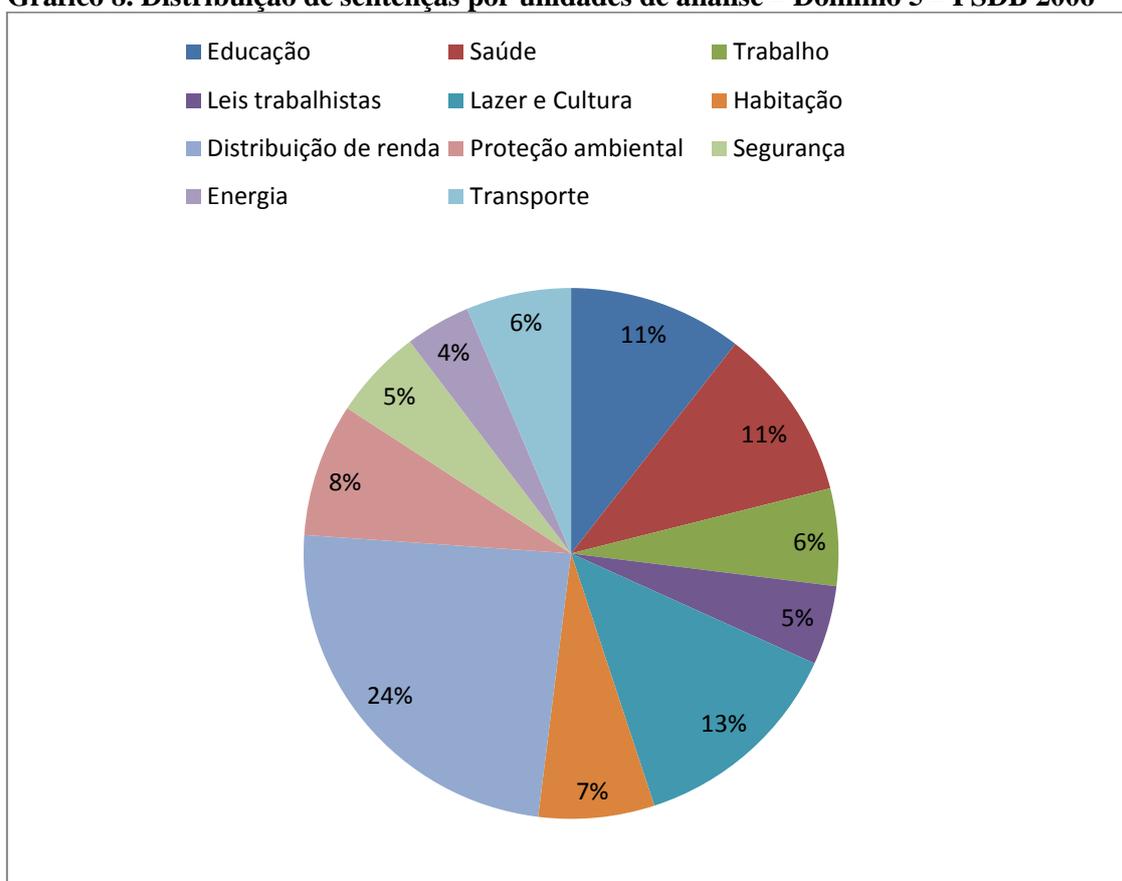
O escândalo de corrupção atribuído ao PT foi pauta não só no programa petista, mas também ganhou espaço relevante no programa do PSDB:

A crise ética e política do PT e do governo atual – evidenciada nos episódios do “mensalão”, dos “sanguessugas”, do “cucão”, da compra de dossiês fajutos, entre tantos outros – obriga-nos a retomar a questão da reforma política por um novo ângulo e com um redobrado senso de urgência. (PROGRAMA DE GOVERNO – PSDB, 2006. Pg. 3)

Dessa forma, podemos concluir que o partido fez um grande esforço em transmitir em seu extenso programa de governo os problemas gerados pelas

ineficiências da gestão Lula. Porém, em outros aspectos, como na questão das políticas sociais, o PSDB prometeu dar continuidade e ampliar os programas sociais em que o PT inovou. O gráfico abaixo nos mostra a distribuição das sentenças nas unidades de análise pertencentes ao domínio 5 que faz referência a essas políticas públicas com ênfase social:

Gráfico 8. Distribuição de sentenças por unidades de análise – Domínio 5 – PSDB 2006

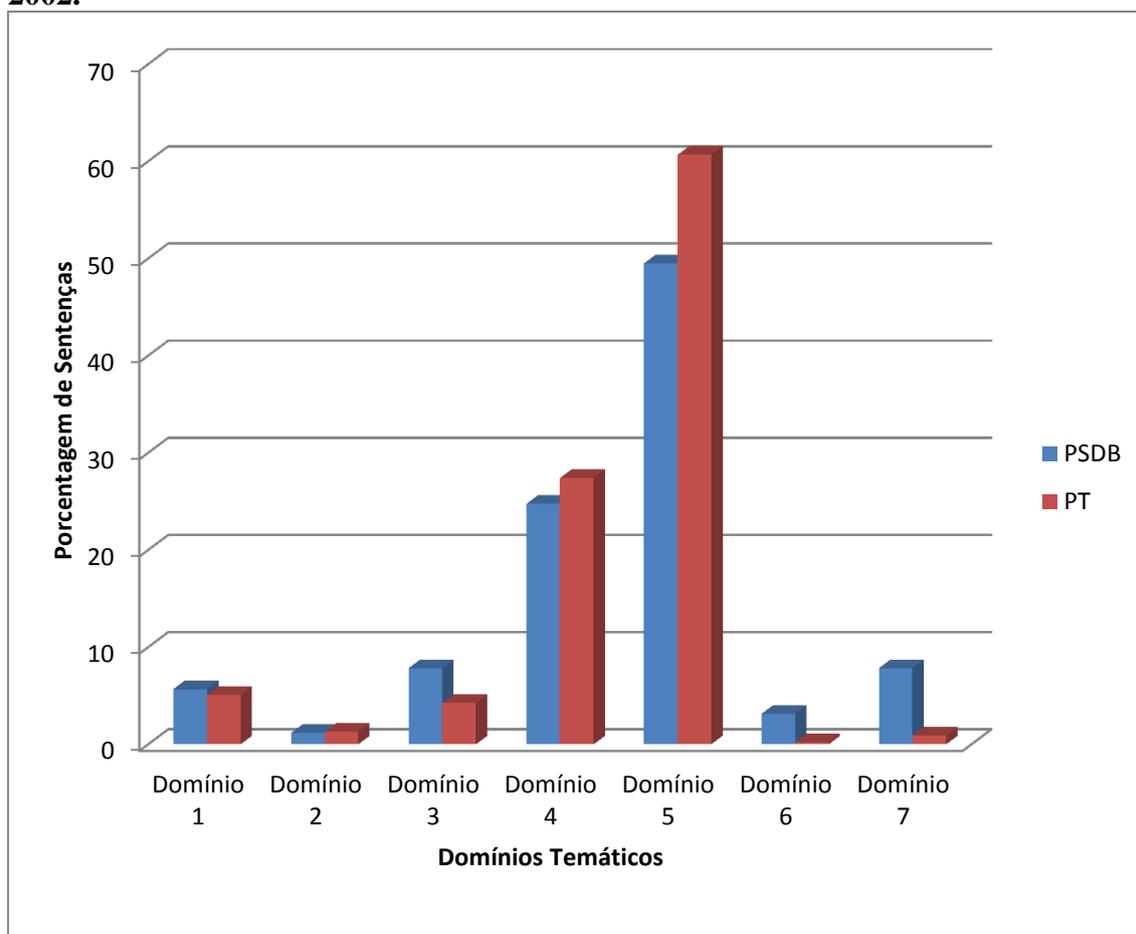


O gráfico 8 nos mostra que a ênfase em políticas sociais foi dada de maneira equânime entre as unidades de análise. Apenas a unidade de análise “Distribuição de Renda” obteve mais destaque. A porcentagem de 24% das sentenças pode ser explicada diante da necessidade de esclarecer o eleitorado sobre a garantia da continuidade e da ampliação dos programas ligados ao projeto “Fome Zero” do governo Lula.

4.3. Comparação entre os programas e partidos: diferenças e aproximações na escala de preferência ideológica.

Diante dos dados elaborados através da análise quantitativa e da abordagem do CMP para documentos partidários, é possível visualizar a aproximação e distanciamento dos partidos em relação aos domínios temáticos da seguinte forma:

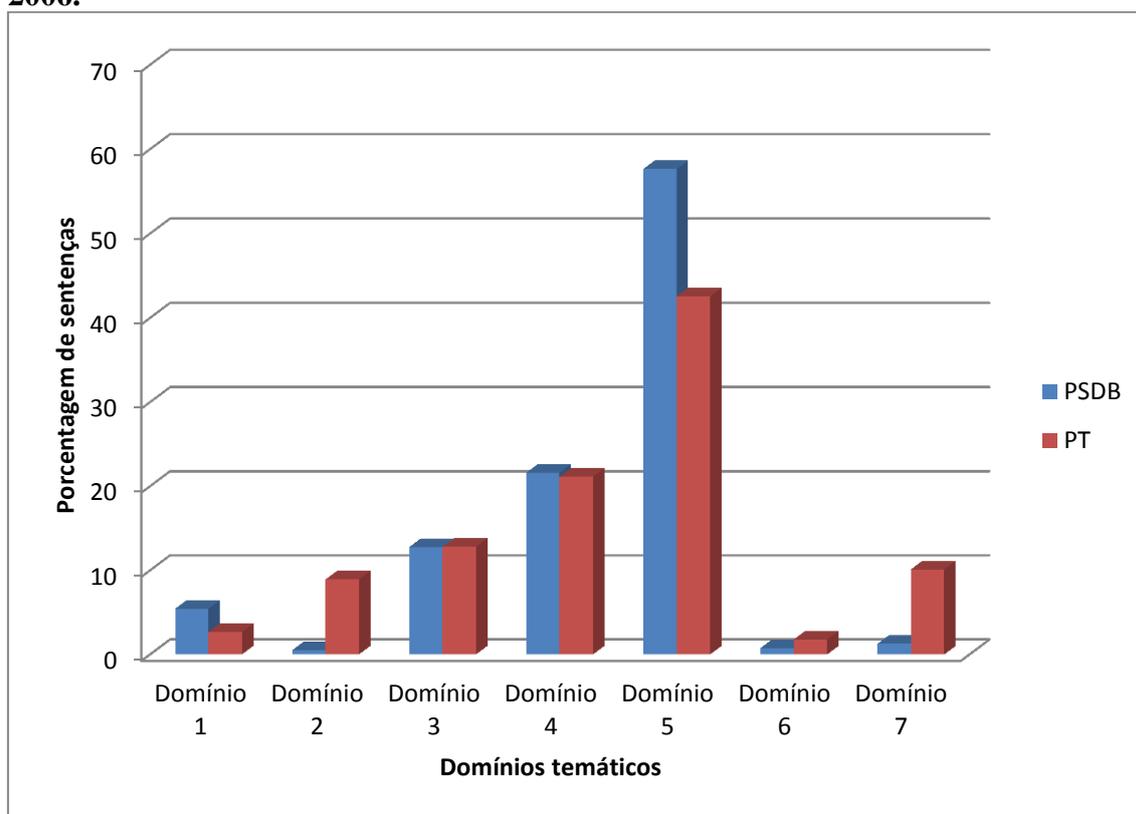
Gráfico 9. Distribuição de Sentenças por Domínios Temáticos nos programas de 2002.



O gráfico acima permite a conclusão de que o “domínio 5” referente às políticas sociais pautou os programas de governo dos dois partidos de forma prioritária. Fato que confirma a hipótese de que esse domínio foi o centro do debate das eleições de 2002.

Após quatro anos de governo Lula, a temática volta a ser enfatizada. No entanto, as eleições de 2006 são pautadas por mais alguns debates. Vejamos:

Gráfico 10. Distribuição de Sentenças por Domínios Temáticos nos programas de 2006.



A análise do gráfico 10 nos permite afirmar que os domínios 3 e 4, respectivamente referentes ao Sistema Político e à Economia, foram abordados em porcentagem relevante nos programas dos dois partidos.

Sendo assim, em relação à abordagem peessedebista, é possível afirmar que o eixo central da comunicação do partido foi a “ênfase em políticas sociais” expressa no domínio 5, sendo reflexo de uma tentativa de demonstrar que o partido, se chegasse ao governo, seria capaz de manter as políticas sociais de distribuição de renda que marcaram o governo do PT. Enquanto em 2002, essa temática constituía apenas 49,50% do programa, em 2006 o partido demonstra a mudança de foco ocasionada pela derrota nas eleições de 2002. Fica claro então para o PSDB que o eixo temático que mais representava as demandas da sociedade brasileira no período ainda era a questão da distribuição de renda. Para os eleitores, não bastava o sucesso na economia, mas era preciso que o governo transformasse a situação de pobreza extrema de milhões de brasileiros. A sede pelo combate à fome através de medidas que podiam parecer assistencialistas, mas que atingiram a urgência de sair da situação plena de miséria de milhões de brasileiros, foi a principal demanda do início do novo século brasileiro.

Percebemos uma maior preocupação com as temáticas das relações internacionais, Domínio 1, e com as questões de inovação tecnológica e comunicação expressas no item “outros”. Enquanto os demais domínios foram citados minimamente.

O governo petista utilizou outra abordagem, mesmo mantendo o foco na questão das políticas sociais, preocupou-se em abordar diversas temáticas que se tornariam importantes no novo governo. Muita atenção foi dada, por exemplo, ao domínio 2 “Democracia e Direitos humanos”. Para o governo petista, o momento agora, depois de um largo passo na corrida pela resolução da miséria, seria o de dar mais atenção à participação direta dos cidadãos no governo. Diversas propostas de mecanismos de participação e ouvidoria são realizadas nesta parte do programa. O domínio 7 referente aos “Grupos Sociais e Minorias” também teve boa parte da atenção do programa. O partido relaciona a questão dos direitos sociais aos grupos minoritários, aborda as políticas sociais de cotas para afrodescendentes; uma política especial de combate à violência contra a mulher e de inserção com isonomia salarial das mesmas no mercado de trabalho; aborda o combate à violência e a discriminação dos homossexuais; trata do respeito às legislações que protegem a criança e o adolescente, assim como os idosos. Além disto, também debate a questão dos diversos movimentos sociais ainda marginalizados: Movimento Sem Terra e Movimento Sem Teto, entre outros.

Para uma melhor demonstração dos dados obtidos através da análise dos programas de governo, segue uma tabela com a porcentagem de sentenças distribuídas entre Unidades de Contexto (domínios) e Unidades de Análise:

Tabela 3. Porcentagem de sentenças classificadas por domínios

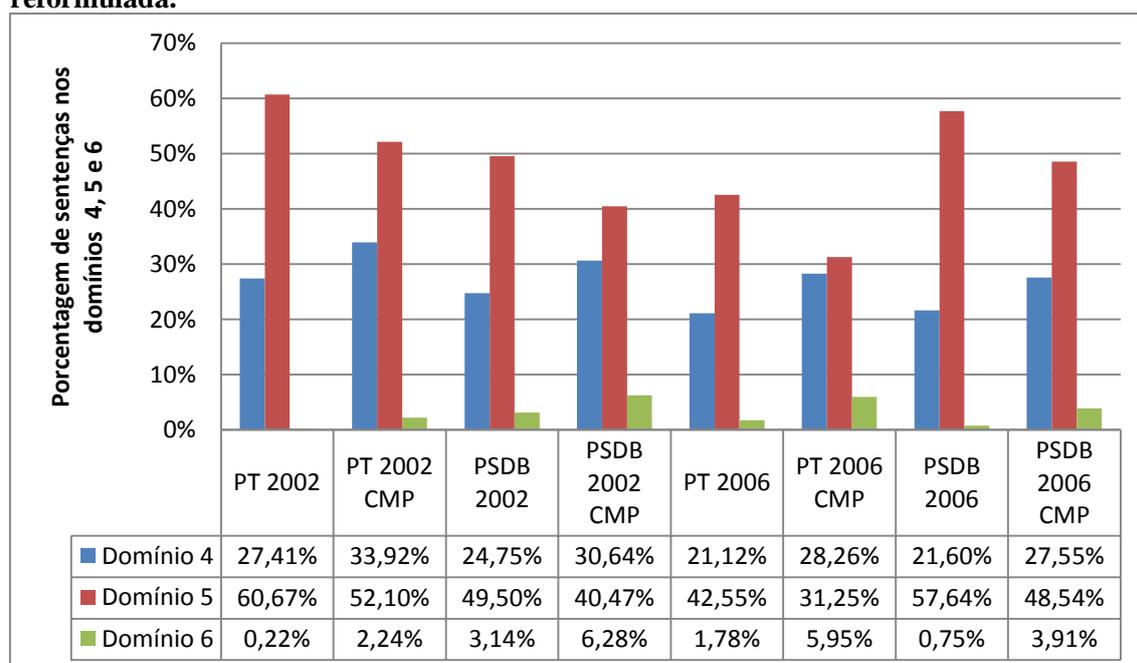
	PT		PSDB	
	2002	2006	2002	2006
Relações Internacionais	5,10%	2,67%	5,69%	5,43%
Democracia e Direitos Humanos	1,30%	8,92%	1,17%	0,50%
Sistema Político	4,26%	12,79%	7,85%	12,76%
Economia	27,41%	21,12%	24,75%	21,60%
Políticas Sociais	60,67%	42,55%	49,50%	57,64%
Estrutura Social / Lei e ordem	0,22%	1,78%	3,14%	0,75%
Grupos Sociais e Minorias	0,89%	10,11%	7,85%	1,26%

Os dados demonstrados na Tabela 3 confirmam a hipótese de que as políticas sociais foram o eixo temático das duas eleições estudadas. O aumento ou diminuição das porcentagens para cada partido em cada eleição deve-se aos fatos de contexto explicitados durante a exposição dos dados. Alguns fatores podem influenciar, portanto, no foco que cada um dos partidos dá a diferentes temáticas. Dependendo da demanda explicitada pela opinião pública ou pelo resultado de eleições anteriores, os partidos tendem a transformar suas pautas, o que não necessariamente transforma suas preferências políticas.

5.3 Resultado da análise de dados de acordo com a categorização do método CMP

Como salientado acima, a primeira análise se deu através de uma metodologia inspirada no CMP com algumas alterações nas categorias que julgamos necessárias. A análise a seguir, porém, nos mostra como seriam os resultados se a alteração não tivesse sido realizada e os domínios fossem compostos pelas unidades de análises originais. Ou seja, nos próximos dados, as unidades de análise “transporte”, “energia elétrica” e “segurança pública” compõem, respectivamente, os domínios 4 e 6. Analisemos os resultados que se mostraram diferentes apenas nos domínios 4, 5 e 6:

Gráfico 11: comparação de resultados entre a metodologia original do CMP e a reformulada.

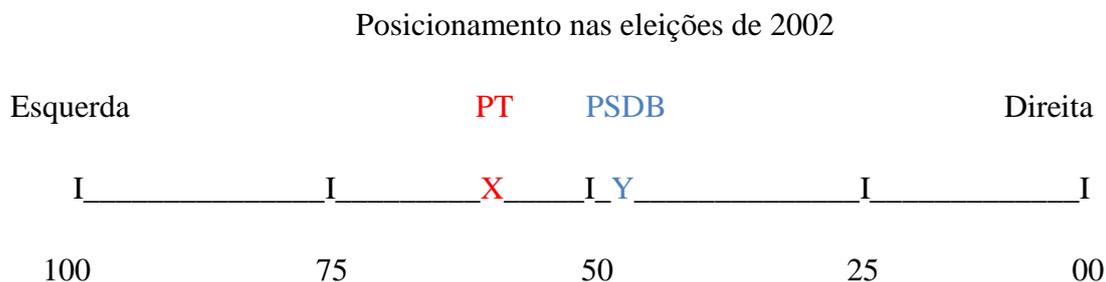


A análise do gráfico possibilita a compreensão de que, embora a porcentagem referente ao domínio 5 tenha sido menor, enquanto as porcentagens dos domínios 4 e 6 aumentaram, não houve uma mudança que altere as conclusões em relação à dedicação dos programas ao domínio 5. Não houve inversão de colunas com maior porcentagem em nenhum dos programas, apenas uma pequena modificação nas porcentagens.

- Classificação no espectro ideológico através da escala de preferências partidárias.

Feita a análise dos programas e chegando aos coeficientes de foco em cada domínio, posteriormente, podemos iniciar a segunda fase de classificação dos partidos: a classificação na escala ideológica através do posicionamento na escala de preferência ideológica. Como sugerido na introdução deste trabalho, a tentativa é de classificar os dois partidos no que diz respeito à dimensão “ênfase em políticas sociais”, justamente por ser esta a dimensão que mais aproximaria ou distanciaria os partidos na busca da igualdade. Sendo que esta busca pode diferenciar, segundo Bobbio (1995), partidos políticos de esquerda e de direita.

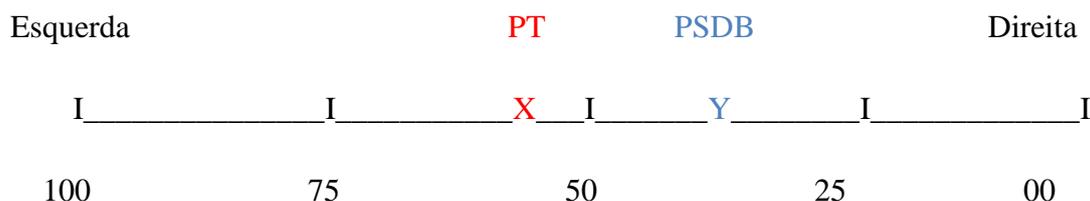
Segundo a categorização proposta na presente dissertação, de acordo com as adequações ao método CMP propostas, a classificação dos partidos brasileiros na escala de preferência ideológica é a seguinte:



PT = X: 60 pontos de coeficiente.

PSDB = Y: 49 pontos de coeficiente.

Posicionamento nas eleições de 2002 (segundo metodologia do CMP)

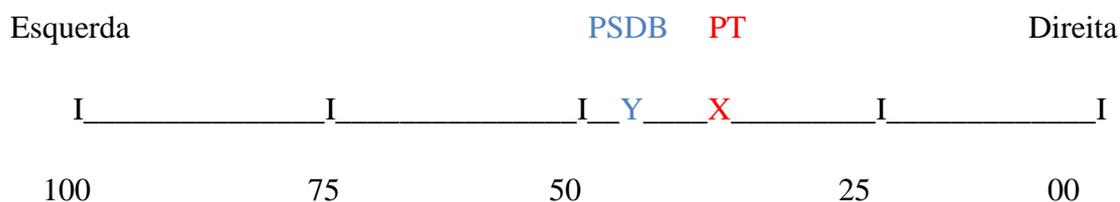


PT = X: 52 pontos de coeficiente.

PSDB = Y: 40 pontos de coeficiente.

De acordo então com a metodologia CMP, os dois partidos estariam classificados mais à direita nas eleições de 2002 do que na tabela feita através da adequação sugerida por essa análise. No entanto, não há uma inversão de posicionamento na escala.

Posicionamento nas eleições de 2006 (segundo metodologia do CMP)



PT = X: 42 pontos de coeficiente.

PSDB = Y: 48 pontos de coeficiente.

A análise do posicionamento dos partidos em 2006 também mostra uma aproximação maior dos dois partidos com a posição de direita na escala. Os dados de acordo com a categorização do CMP não invertem o resultado já demonstrado na pesquisa e adequação sugerida nesta dissertação. Em ambos os métodos, o sugerido e o tradicional, PT e PSDB sofrem um deslocamento nas eleições de 2006, sendo que os

dois partidos dedicaram menos sentenças às políticas sociais e ainda se inverteram na escala estando PSDB mais à esquerda que PT.

Os dois partidos deslocam-se em um movimento de aproximação para o centro da escala. O que nos remete a ideia de que, tanto PT quanto PSDB modificaram seus documentos partidários em ocasião do impacto da eleição de 2002. O PSDB deslocou-se para a esquerda em um movimento de tentar distanciar-se da lógica neoliberal pela qual acabou sendo identificado por uma parcela dos eleitores. Enquanto o PT tentou articular outras clivagens para dar resposta às novas questões que surgiam no novo debate: ineficiência do Estado e corrupção, economia, participação política e democracia, atendimento da demanda social de grupos e minorias. Assim, por ocasião de mudarem de posição na escala, os partidos demonstram que podem agir de maneiras muito próximas se chegarem ao governo. No entanto, esta é apenas a análise quantitativa baseada nos números que os dados revelam. O conteúdo, porém, se mostra diferenciado. Nos excertos que transcrevemos durante a análise dos dados, podemos perceber que, mesmo dando foco às políticas sociais, o PSDB propõe que o Estado ajudará apenas o indivíduo que também estiver disposto a se “autoajudar”, enquanto o PT continua a declarar que os benefícios são direitos sociais universais e que seus beneficiários não devem ter nenhuma espécie de conduta para merecê-los.

Para um diagnóstico mais preciso, seria necessário classificar as sentenças não só de acordo com as temáticas, mas também classifica-las de acordo com seus posicionamentos diante das temáticas. Por exemplo, o método do CMP em sua completude, não só separa as sentenças, mas também as classifica como positivas ou negativas dentro daquele domínio. No domínio 1, “Relações Internacionais”, uma unidade de análise que fizesse menção aos desdobramentos de um tratado de paz seria considerada positiva, de esquerda, enquanto uma outra unidade de análise que fizesse menção à intensificação do militarismo e do armamento bélico para intervenções internacionais, seria considerada negativa, ou seja, de direita. (KLINGEMANN, VOLKENS 2002). Esse seria um exercício que classificaria com maior exatidão os programas de governo analisados neste trabalho, porém, devido ao alto nível de análise estatística e o curto período em que foi possível desenvolvê-lo, optamos por limitar este trabalho à operacionalização simplificada dos dados. Uma análise futura pode nos responder com precisão todos estes dilemas, possibilitando a determinação (talvez exata) dos partidos na escala ideológica.

5. Conclusões.

Findado o exercício de classificação dos partidos políticos em relação às suas preferências ideológicas, podemos afirmar que nossa tentativa foi de acordo à recomendação dos críticos da metodologia CMP, Bartolini e Mair (1990) e Volkens e Klingeman (2005), no que se refere à responsabilidade de melhor classificar os partidos políticos de acordo com suas dimensões e contextos históricos peculiares.

Através de uma adequação da metodologia já reconhecida internacionalmente, buscamos lançar luzes sobre a o posicionamento dos principais partidos brasileiros²², em uma escala ideológica feita a partir do foco em uma nova variável. Mesmo estando presentes nas categorias explicitadas nos domínios da metodologia do CMP, as políticas sociais foram contempladas neste trabalho em uma abordagem diferenciada. Mensuramos o nível de foco que os partidos deram a essas políticas por dois motivos:

- por significarem a busca pela igualdade, objetivo principal dos partidos de esquerda de acordo com nosso referencial teórico²³;
- por serem parte da transformação do paradigma temático das eleições brasileiras no século XXI: a abordagem do Desafio Econômico é deixada de lado em função do aumento da preocupação com a Inclusão Social/ Igualdade a partir dos anos 2000.

Selecionamos o recorte temporal entre 2002 e 2006 justamente por ser o momento em que a desigualdade, como citado no primeiro capítulo, tem uma grande queda no cenário brasileiro. Após a análise dos dados, percebemos que não haveria período mais revelador para o foco do nosso objetivo. Os dados demonstraram que a hipótese da “ênfase em políticas sociais” como eixo temático dos pleitos estudados, além de ser o foco central do debate, também permitiu a diferenciação dos partidos na escala ideológica proposta.

Os dados revelados nos gráficos expostos no capítulo 3 nos mostram que houve uma movimentação em torno do centro da escala. Como nas ideias de Bresser-Pereira (2006), foi possível constatar empiricamente “um centro que se move de modo cíclico, ora pra um lado, ora para outro”. Os partidos moveram-se de acordo com o que a demanda social apresentava como relevante. Se as políticas sociais constavam em torno

²² Ver Sartori, (1981).

²³ Ver Bobbio, (1995).

desta demanda, logo os partidos trataram de inclui-las nos programas. Foi possível concordar com o argumento de Kinzo (1993), que consiste na ideia de que em momentos em que questões relevantes estão em jogo, clivagens ideológicas substanciais sempre se manifestarão.

Diante dessa constatação, afirmamos que foi válida a opção de operacionalizar os programas de governo para tentar classifica-los na escala esquerda/direita; mesmo que a categorização não seja válida para maiores estudos, o exercício proposto contribuiu para outras diversas conclusões.

A primeira conclusão gira em torno do debate entre aspectos das teorias da Escolha Racional (Downs, 1999) e da Saliency Theory (Robertson, 1976). Ao analisarmos os dados, as duas teorias surgem como explicação para diversos resultados.

Ao afirmar que os partidos se movem na escala ideológica de acordo com o que a sociedade demanda, em uma escolha de abordagem que tem por único objetivo a conquistas dos votos, a teoria da Escolha Racional nos parece plausível para a explicação do deslocamento que o PSDB apresenta na posição da escala ideológica. De 2002 para 2006, o partido aumenta seu foco para as políticas sociais de 49,50% para 57,64%²⁴. Esse aumento considerável pode ser a expressão da busca pelos votos perdidos para o PT no ano de 2002, quando o partido focou muito mais a questão da política social do que o PSDB. Percebemos que o eixo do debate realmente foi a clivagem da desigualdade, o que teria feito que o PSDB tivesse escolhido essa abordagem na busca por um maior número de votos e retomada do poder em 2006. Nesse sentido, os dados mostram que a Saliency Theory, com a ideia de que os programas oferecem realmente os pacotes de políticas públicas que dizem respeito a sua ideologia original, talvez não seja o melhor instrumento para mensurar a ideologia desses partidos nesse momento peculiar da história brasileira.

No entanto, se isolamos a eleição de 2002, poderemos perceber maior autenticidade e menor influência das demandas em questão nos dois partidos. Para esse pleito, a Saliency Theory e a codificação do CMP apresentam-se como ótimos instrumentos de entendimento. Aliás, ao observarmos esse pleito e, logo depois, a partir

²⁴ Dados que consideram a categorização proposta nesta análise com a inserção das unidades de análise “transporte”, “segurança pública” e “energia elétrica” no domínio 5 referente à ênfase em políticas sociais.

de uma perspectiva de trajetória linear histórica, analisarmos a eleição de 2006, podemos fazer um paralelo de dois casos em que um teoria tem um maior poder de elucidação que a outra. Se em 2002 a Saliency Theory explica e torna-se capaz de ser instrumento de análise, em 2006, devido às intervenções de novas demandas, os partidos perdem um pouco da concentração em suas ideologias originais e partem em busca de atender as novas demandas eleitorais, fato que pode ser mais bem explicado a partir da teoria da Escolha Racional.

Seriam então os programas do PT e PSDB em 2002 adequados estudos de caso para a Saliency Theory, enquanto os programas dos mesmos em 2006 seriam grandes demonstrativos de como os partidos podem se guiar através da Escolha Racional.

Partindo dessa conclusão, seria possível afirmar que a instrumentalização dos programas de governo é o melhor caminho para classificar os partidos brasileiros ideologicamente? Com certeza, não. Tal afirmação deixaria de levar em conta os diversos problemas encontrados durante a análise, como por exemplo, a ideia de que os programas podem estar mais próximos da imparcialidade, mas em um mesmo movimento, devido à utilização do cálculo em busca de votos explicado por uma vertente da teoria da escolha racional, podem não ser fidedignos.

Para Carmins e Woods (2005), uma medida é tida como uma construção válida “se os resultados observados são empiricamente coerentes com as previsões teóricas”. A partir dessa crítica, realizaremos um exercício de contrapor todas as posições que foram resultados das diversas análises já realizadas sobre os partidos citados e a posição na escala ideológica proposta neste trabalho.

No Brasil, mensurou-se ideologia através de várias instrumentalizações. Nas duas análises realizadas por Kinzo (1993), o PT apareceu mais à esquerda do que o PSDB. Tarouco (2007) realizou um exercício parecido diante da votação dos deputados, mas já utilizando a metodologia dos domínios do CMP, os resultados informaram que o PSDB dava mais foco ao Domínio 3 – Sistema Político, enquanto o PT focava o Domínio 2 – Liberdade e Democracia. Resultados muito diferentes do que os encontrados neste trabalho.

Samuel e Lucas (2011) constataram que a diferença encontrada por Zucco Junior (2011) entre PT e PSDB através de respostas dos membros do legislativo às questões

referentes à escala direita/esquerda, vem diminuindo consideravelmente. Esse movimento também foi constatado a partir da análise dos nossos dados. Segundo Power e Zucco Junior (2011), os resultados obtidos com a metodologia da análise do discurso oral dos parlamentares apontam para uma caracterização do sistema em que posiciona-se “o PT contra o incoerente resto”.

Nossa análise traz um movimento de inversão do que estava posto em 2002, enquanto, sob a ótica da nossa variável “ênfase em políticas sociais”, PT e PSDB movimentam-se numa troca de sentidos, com o PSDB apresentando-se mais à esquerda do que o PT em 2006, todas as outras análises colocam o PT como mais a esquerda.

Como explicar então a dissonância do nosso resultado? Estaríamos diante do fracasso da utilização das políticas sociais como variável de categorização de preferência e posição ideológica? Acreditamos que não. A resposta para a dissonância encontra-se no exercício de isolar o método de análise dos programas partidários e só levar em conta os seus resultados.

O que ficou claro durante a análise é que, apenas quantitativamente, jamais chegamos a um resultado que pode ser considerado completamente coerente. É preciso operacionalizar as diversas variáveis em diversas metodologias para se alcançar o máximo de exatidão no posicionamento da escala. A junção da análise dos programas, da atuação dos partidos no congresso e no executivo, com o autoposicionamento das lideranças partidárias é que pode ser capaz de esclarecer em que ponto nossos partidos estão na escala ideológica.

Nesse sentido, só foi possível chegar às conclusões corretas, a partir do momento que todo o histórico social em que os partidos estavam envolvidos foi pesquisado. Diante dos fatos históricos protagonizados pelo PT (escândalo do “mensalão” e sucesso do projeto “Bolsa Família”), os dois partidos foram obrigados a fugir um pouco da temática original. Tanto PT quanto PSDB mudaram seus discursos para que eles abarcassem o escândalo de corrupção do “mensalão”, o PT se colocando na defesa e o PSDB colocando-se como ataque. Assim como também mudaram seus discursos diante da repercussão positiva dos programas sociais do governo petista, com o PT afirmando que a necessidade da participação e do desenvolvimento, após os primeiros passos para a eliminação da desigualdade, deveria ser o novo eixo temático, enquanto o PSDB tentava se colocar como um ator que daria continuidade às políticas

sociais iniciadas pelo PT, fazendo com que sua porcentagem de sentenças dedicadas a essa espécie de políticas chegasse a ser superior à porcentagem do PT.

Consideramos então, que o presente trabalho apresenta algumas limitações. A mais relevante consiste na impossibilidade de instrumentalizar as unidades de análise e realizar o cálculo das sentenças positivas (direita) e negativas (esquerda) como no CMP. Esta metodologia de instrumentalização demanda um tempo maior para que seja feito da maneira adequada, fatores que limitaram nossa análise a uma abordagem mais simplificada, utilizando um cálculo próprio de porcentagem.

Outras limitações também podem ser interpretadas como avanços na investigação de metodologias: a partir dos resultados também podemos perceber que a análise dos programas partidários pode ser um indicativo, mas jamais determina o posicionamento preciso de um partido na escala partidária. Dessa forma, nossa análise demonstra ser uma parcela de contribuição para uma análise posterior mais completa. Com o deslocamento dos partidos na escala ideológica nas eleições de 2006 em relação às eleições de 2002, demonstra que os programas partidários podem ser imparciais (Tarouco, 2007), porém podem não ser fidedignos aos seus posicionamentos de origem. Essa movimentação, mais sentida na análise do PSDB, deixou claro que os partidos deixaram seus programas serem afetados por contingências externas aos seus posicionamentos tradicionais.

Subtraindo-se as limitações, o presente trabalho apresentou algumas colaborações para a esfera de pesquisa em partidos políticos da Ciência Política. A principal diz respeito à afirmação da nossa hipótese central. A hipótese que consistia na “ênfase em políticas sociais” como eixo temático das eleições de 2002 e 2006 se confirmou através dos dados. Fato que nos mostra que é verdadeiro o argumento de rompimento do paradigma do “Desafio Econômico” e da sua substituição pela temática acerca da Desigualdade Social.

A operacionalização da variável “ênfase em políticas sociais” tornou possível esclarecermos qual foi o motor que moveu os principais partidos brasileiros nas eleições de 2002 e 2006, sendo que em 2006 ambos os discursos foram afetados pelas contingências da época.

Os dados demonstram que PT e PSDB parecem estar convertendo seus passos em uma mesma direção ideológica. Embora PSDB apareça na literatura como mais ao centro, nas eleições de 2006 os dois partidos aparecem praticamente no mesmo ponto. Embora estejam próximos, a mudança de postura do PT ainda não o distanciou do que o diferenciava, ou seja, o partido busca novos rumos sem deixar as origens, fato evidente nos dados. Segundo Przeworski (1989), este seria o movimento natural dos partidos de esquerda que chegam ao governo e pretendem se manter nele: afastam-se do radicalismo, mas não abdicam de uma política voltada para o social.

Sendo assim, salientamos a importância da operacionalização escolhida para a presente análise. A ênfase em políticas sociais pode ser considerada um eficiente instrumento de análise em relação às preferências ideológicas dos partidos uma vez que está completamente ligada à questão da igualdade que pauta não só a literatura de categorização de direita e esquerda, mas também o debate da opinião pública e dos partidos.

Contudo, é possível considerar que os objetivos da presente dissertação, embora com as limitações de costume, foram alcançados. Em um exercício posterior, já dispondo do arcabouço formado pela experiência de operacionalização simplificada dos dados, será possível uma análise muito mais detalhada dos programas de governo, assim como a junção com a análise das opiniões dos líderes partidários e suas atuações como membros do executivo e do legislativo. Só assim é que a reflexão sobre a escala ideológica poderá ser feita de maneira completa. Até então, consideramos o presente trabalho como um primeiro passo na tentativa de ajudar a preencher um espaço na lacuna de pesquisas referentes à ideologia partidária brasileira no contexto contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTOLINI Stefano, MAIR Peter, Identity, Competition, and Electoral Availability: the stabilisation of European electorates 1885-1985, Cambridge University Press, Cambridge

BEATO, Cláudio C. Políticas Públicas de Segurança e a Questão Policial. In: São Paulo em perspectiva, n. 13, Vol 4, 1999.

BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

CARVALHO, José Murilo de, – A Construção da ordem: a elite política imperial. – Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1981.

CUNHA, Cibele Dória da, A Construção de um novo paradigma de segurança pública como política social: A experiência da política de Prevenção à Criminalidade no Estado de Minas Gerais; CRESS, Minas Gerais, 2013.

DAHL, Robert. Poliarquia – São Paulo: Editora Edusp, 1997.

DINAS, E. GEMENIS. K, Measuring Parties' Ideological Positions With Manifesto Data A Critical Evaluation of the Competing Methods, 2009.

DOWNS, A. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp. 1999

DUVERGER, Maurice. (1970), Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro, Zahar.

GIDDENS, Anthony. A terceira via e seus críticos. Tradução: Ryta Vinagre – Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

GIDDENS, Anthony. Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical. Tradução: Álvaro Hattner. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

KINZO, Maria D’Alva. Radiografia do quadro partidário brasileiro. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, (1993)

_____. “Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, n. 54, pp. 23-40, (2004)

KLINGEMANN, H.-D., HOFFERBERT, R. I. et al., Eds. Parties, policies, and democracy. Theoretical lenses on public policy. Boulder: Westview Press, p.xxii, 318, 1994.

KLINGEMANN, H.-D., VOLKENS, A. et al. Mapping Policy Preferences II: Estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003. Oxford, Oxford University Press, 2006.

_____, Parties, Ideologies and Issues: Stability and Change in fifteen European Party Systems 1945- 1998, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de, - O Tempo Saquarema – a formação do Estado Imperial. – São Paulo : Ed. Hucitec, 2004.

MIGUEL, Luís Felipe. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2005, n.25, pp. 25-38. ISSN 0104-4478. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000200004>.

PANEBIANCO, Angelo. Modelos de Partido: organización y poder en los partidos políticos. Madrid, Alianza Editorial, 1995.

PEREIRA, P.A.P. A política social no contexto da seguridade social e do *Welfare State*: a particularidade da assistência social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 56, p. 60-76, 1998. [[Links](#)]

PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books

PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e Social Democracia. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005 - São Carlos: UFSCar, 2008.

ROBERTSON, David. 1976. A Theory of Party Competition. London and New York: Wiley.

SARTORI, Giovanni. A Política: lógica e método nas ciências sociais. Tradução: Sérgio Bath – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SAUER, Ildo. Um Novo Modelo para o Setor Elétrico Brasileiro. São Paulo: USP, 2002.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 97, Nov. 2013.

TAROUCO, Gabriela da S; MADEIRA, Rafael M. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. *Revista Pós Ciências Sociais*. v. 8 n. 15 São Luis/MA, 2009.

_____. (2009). A dimensão esquerda-direita: um debate sobre os partidos brasileiros. XIV CISO - Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Recife.

_____. (2010). Dimensões da competição partidária: notas de pesquisa, VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Recife, agosto/2010.

_____. (2012). Como partidos significam e legitimam suas origens? Saliency Theory e análise dos textos partidários. Anais da ABCP 2012.

TAROUCO, Gabriela da S. (2007). Os partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ.

_____. (2008). Classificação ideológica dos partidos brasileiros: notas de pesquisa. 32º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.

APÊNDICES

Gráficos referentes à metodologia CMP.

Gráfico 1. Distribuição de sentenças por domínios – PT 2002

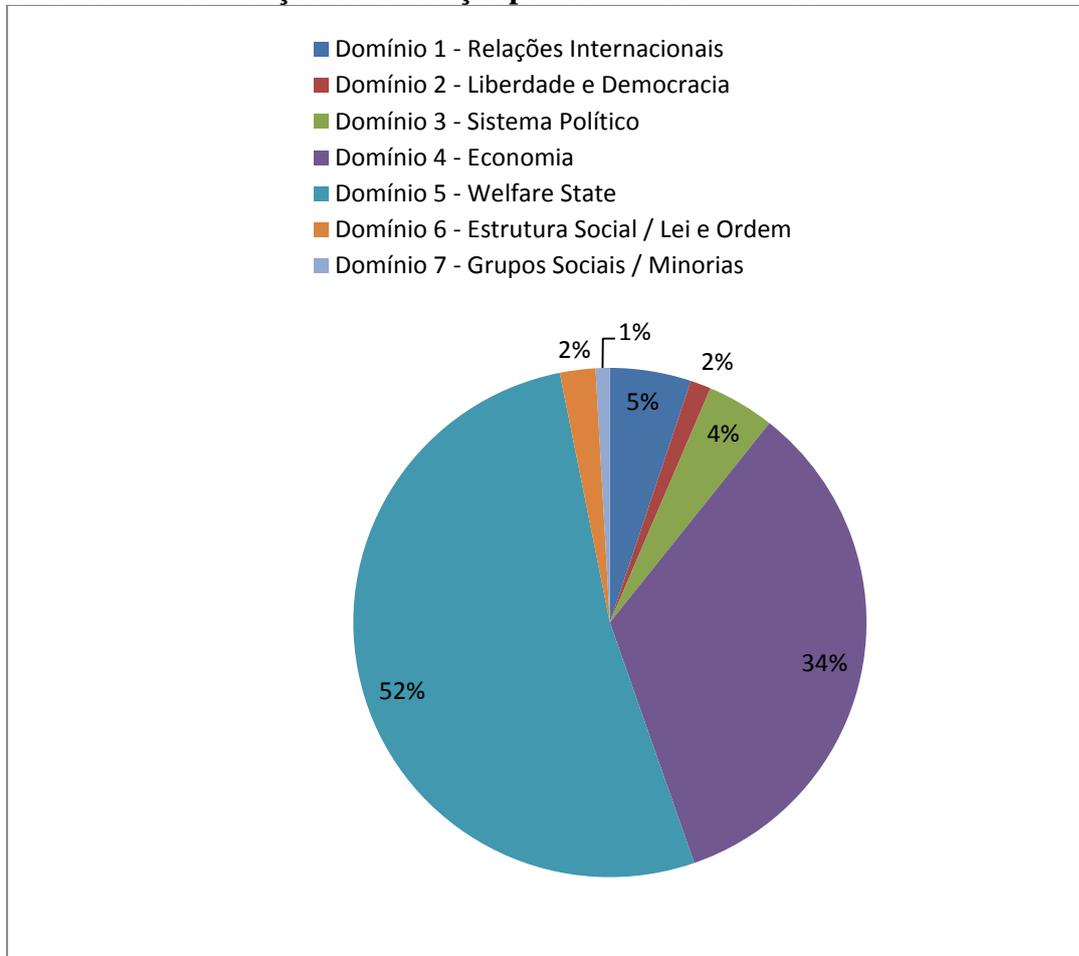


Gráfico 2. Distribuição de sentenças por unidades de análise – Domínio 5 – PT 2002

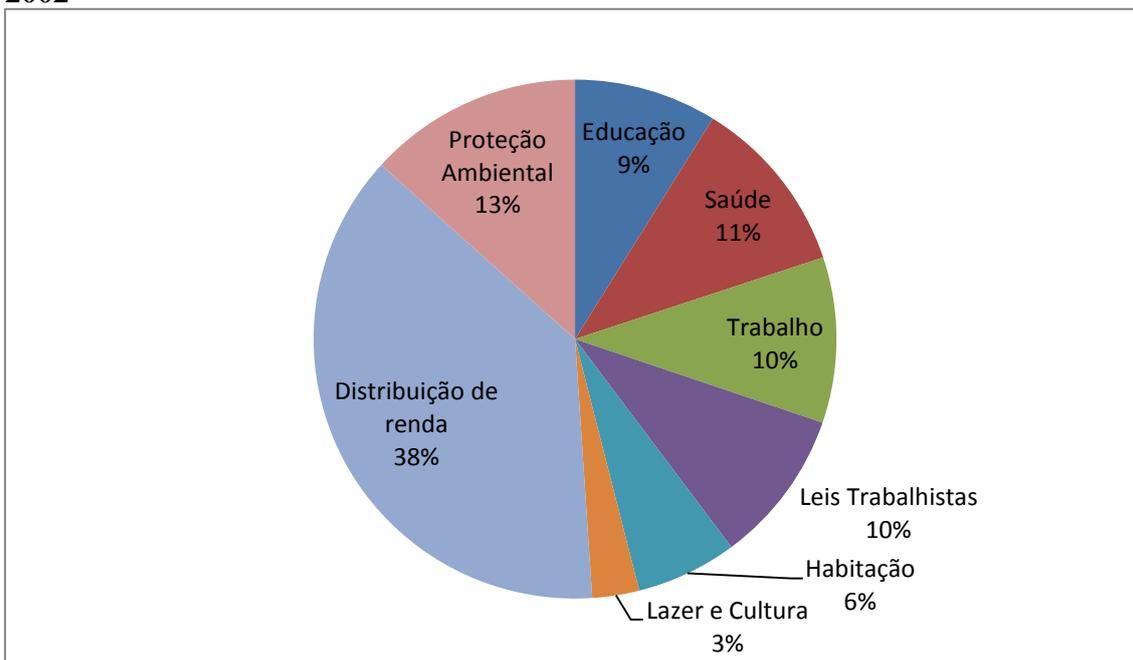


Gráfico 3. Sentenças dedicadas aos domínios – PSDB 2002

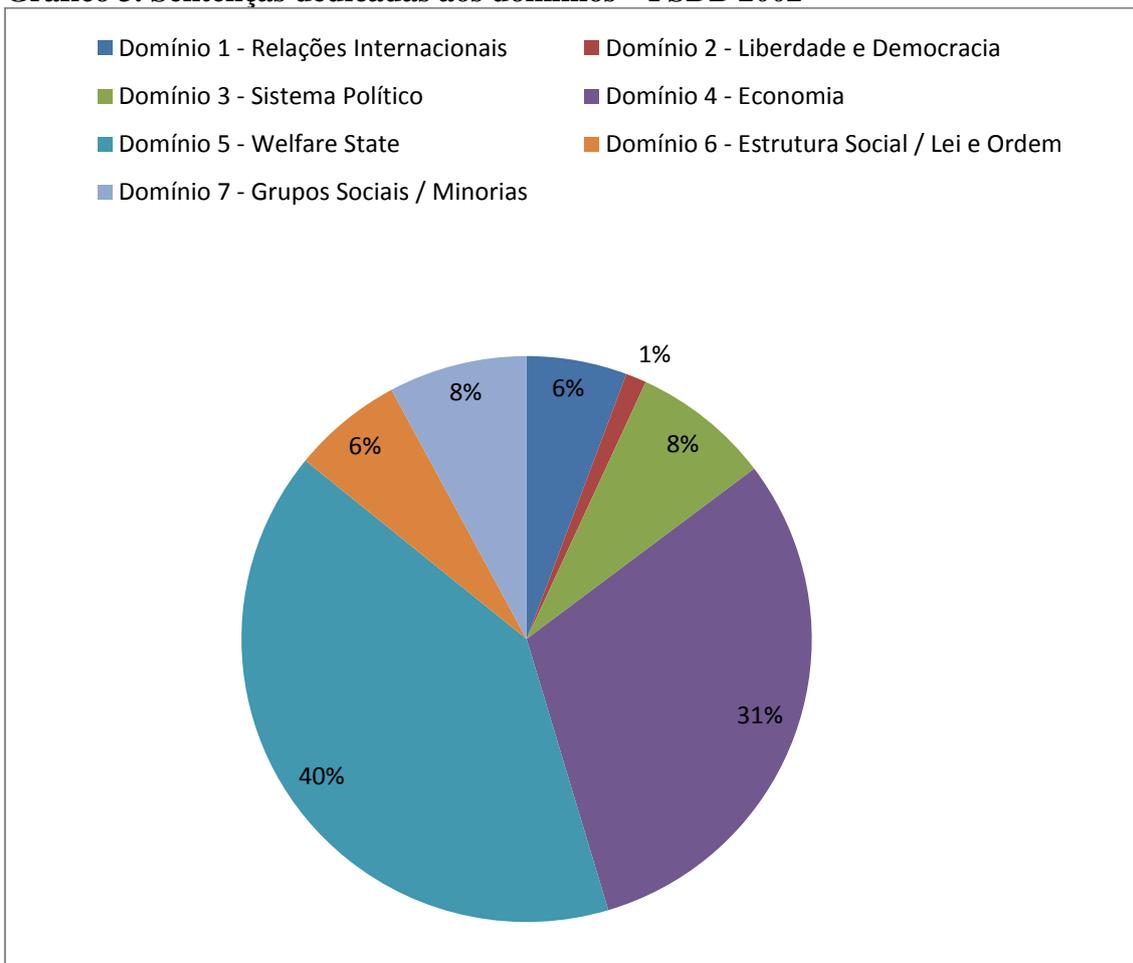


Gráfico 4. Distribuição de sentenças por unidades de análise – Domínio 5 – PSDB 2002

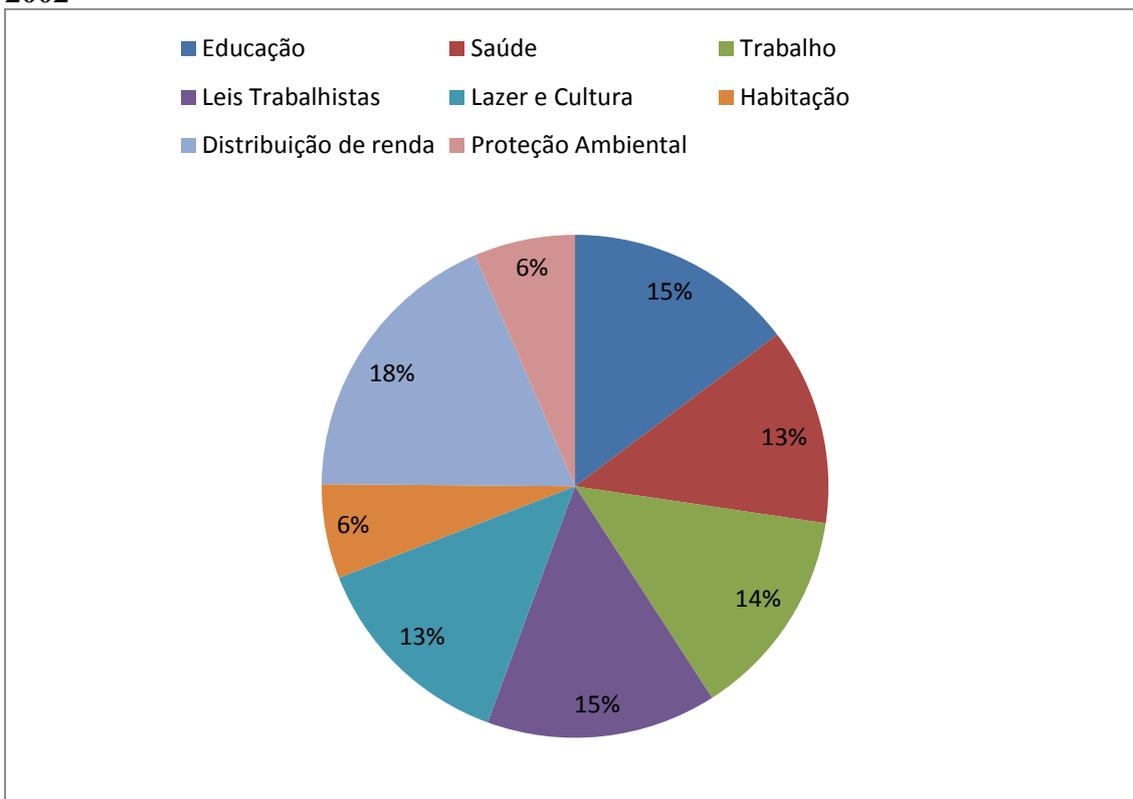


Gráfico 5. Distribuição de domínios por sentença – PT 2006

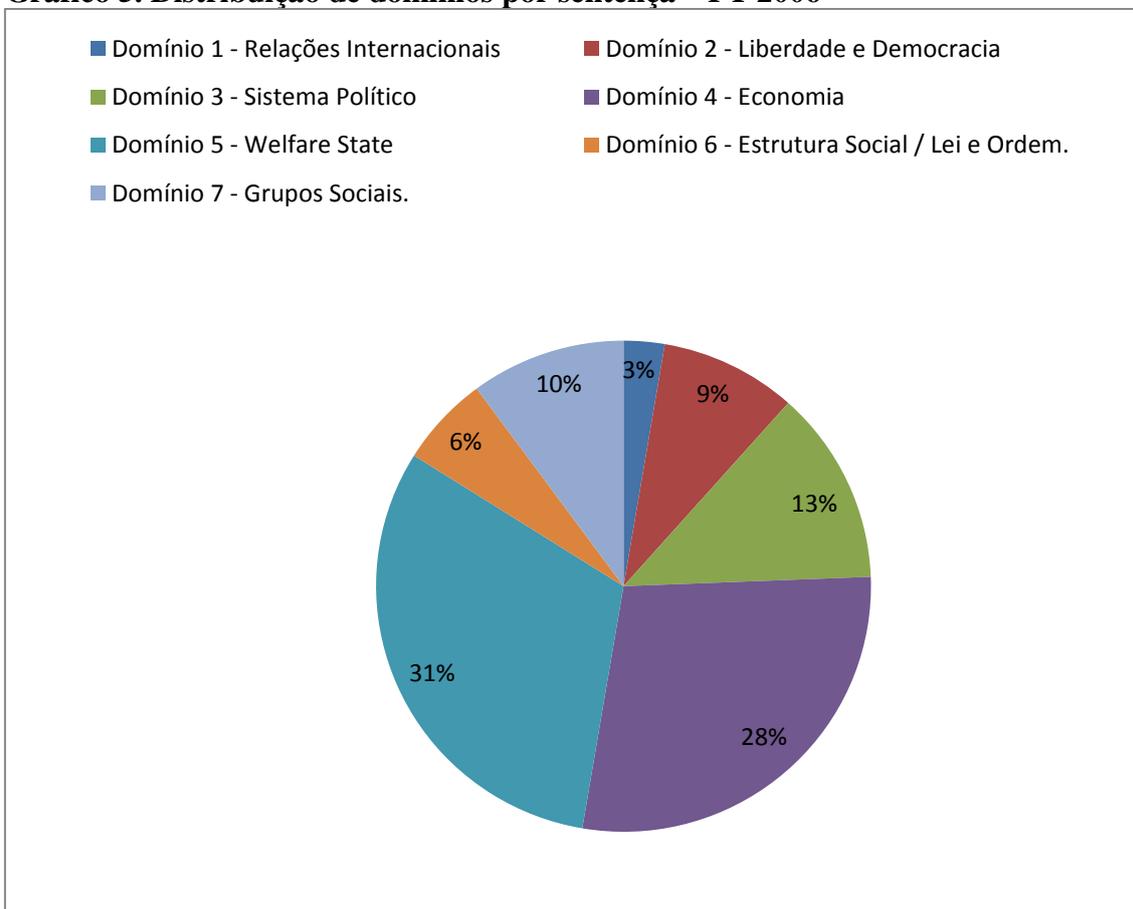


Gráfico 6. Distribuição de sentenças por unidades de análise – Domínio 5 – PT 2006

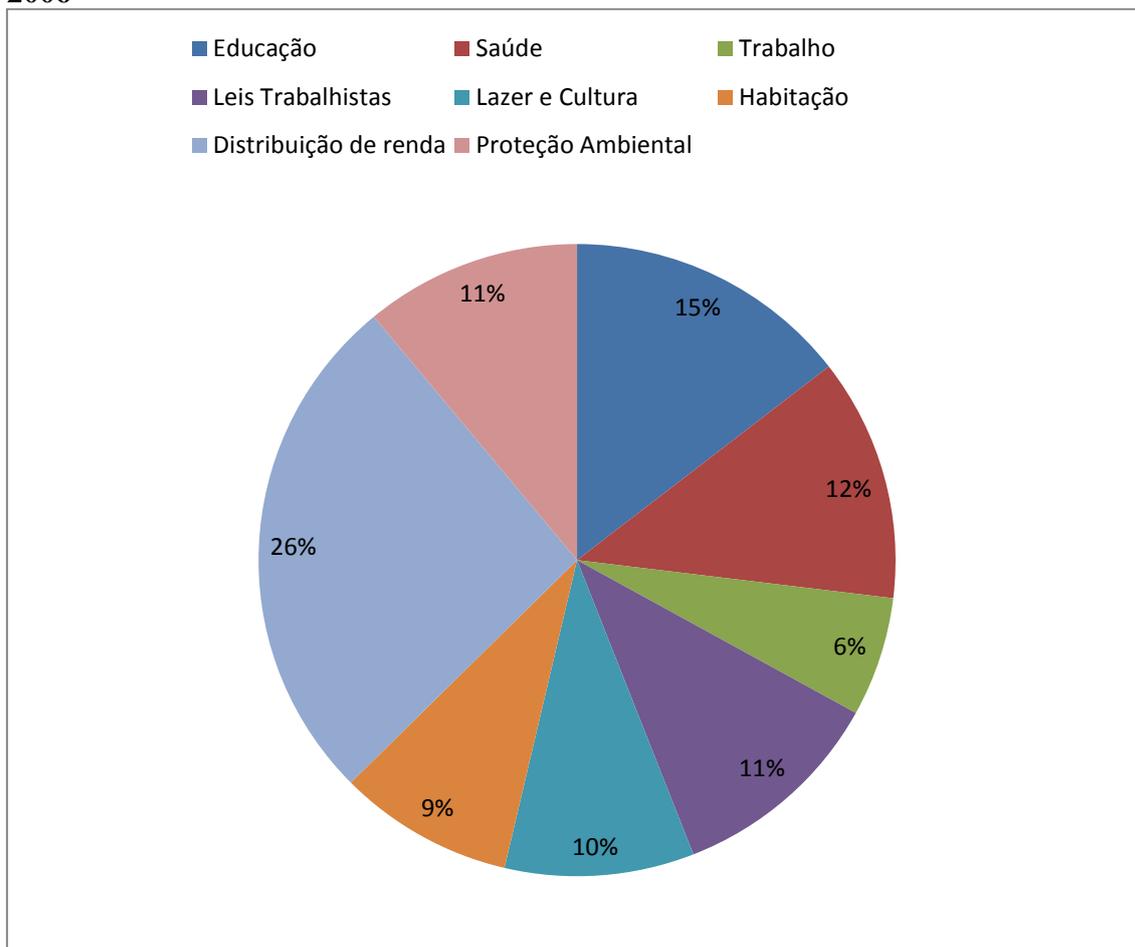


Gráfico 7. Distribuição de sentenças por domínios – PSDB 2006

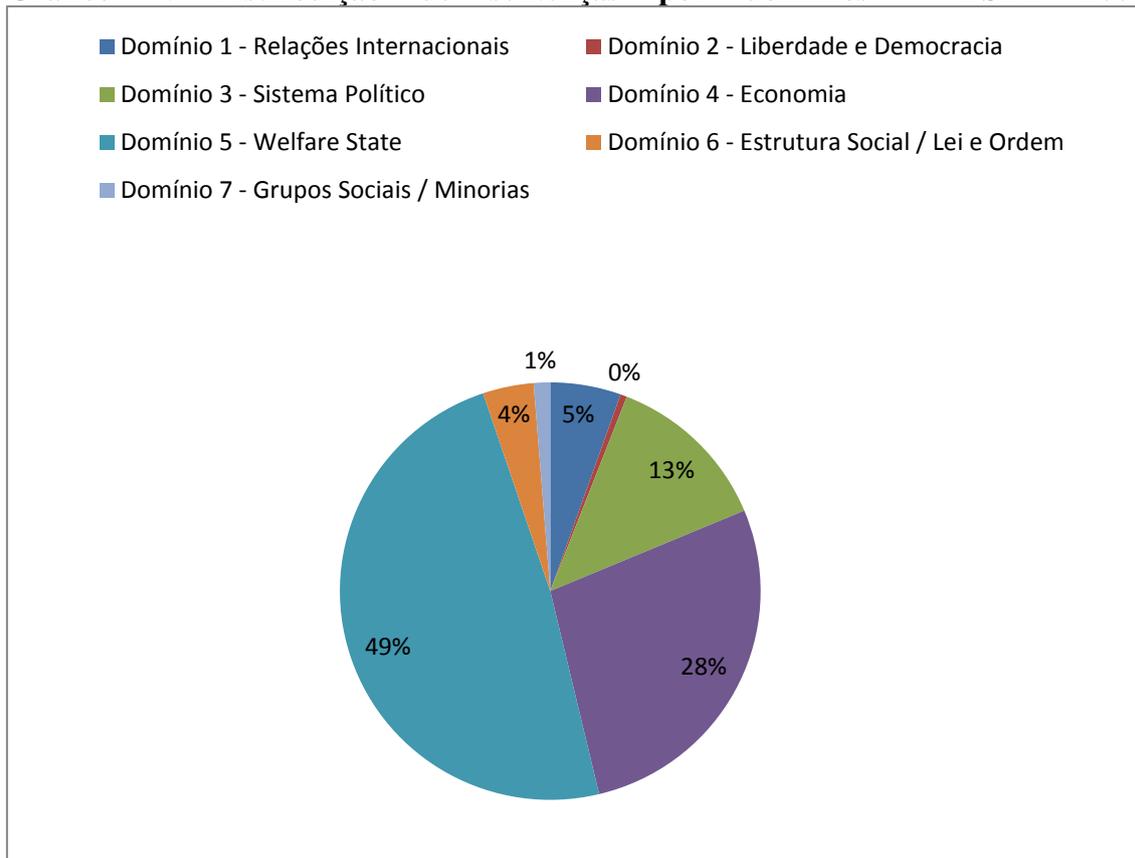


Gráfico 8. Distribuição de sentenças por unidades de análise – Domínio 5 – PSDB 2006

